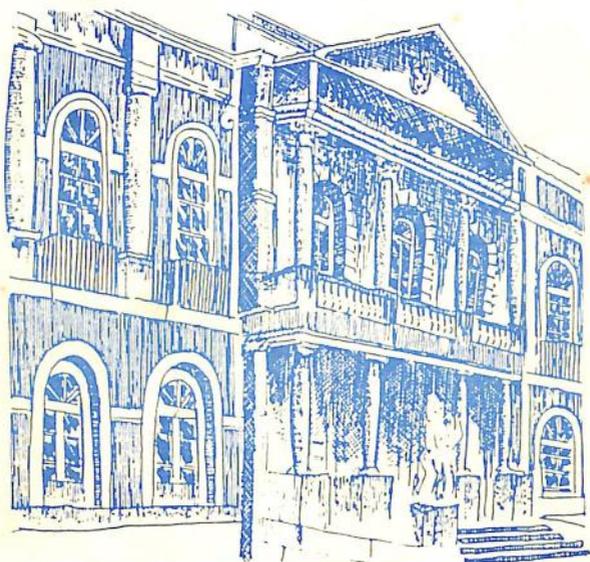


S
UFRJ/IEI
TD202

033541-X

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 202

URBANIZAÇÃO E ESTRUTURA OCUPACIONAL:
ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS PARA UMA
INVESTIGAÇÃO

André Cezar Medici

Julho/1989

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



URBANIZAÇÃO E ESTRUTURA OCUPACIONAL: ALTERNATIVAS
METODOLÓGICAS PARA UMA INVESTIGAÇÃO*

André Cezar Medici**

Julho/1989



43 - 016587

- *) Trabalho realizado para o Grupo de Estudos de Urbanização do Instituto de Economia da UNICAMP, coordenado pelo Prof. Dr. Wilson Cano. O autor agradece os estimulantes comentários e as enriquecedoras sugestões dos integrantes deste grupo.
- ***) Economista, pesquisador do IEI/UFRJ, professor e pesquisador da ENSP/FIOCRUZ.

I - INTRODUÇÃO

Os estudos sobre estrutura ocupacional não são muito frequentes. A literatura disponível, seja ela produzida por economistas ou sociólogos, demonstra ser mais fácil encontrar estudos classificatórios sobre atividade econômica ou posição ocupacional do que sobre a ocupação em si mesma. É bem verdade que podem ser encontrados diversos ensaios sobre a natureza e a dinâmica social de algumas ocupações singulares ou sobre classes especiais de ocupação (1). No entanto, uma investigação mais cuidadosa demonstra a grande lacuna existente no que diz respeito a estudos metodológicos que propiciem análises da estrutura ocupacional como um todo.

Em geral, alguns problemas podem ser enumerados para tentar explicar esta escassez de estudos deste tema, problemas estes que podem ser subdivididos segundo sua natureza conceitual ou operacional. Os problemas de natureza conceitual podem ser assim descritos:

a) - A estrutura ocupacional, concebida como um conjunto de profissões, habilidades e ofícios, altera-se no tempo com maior velocidade que a estrutura de atividade ou as formas de relações de trabalho, entendidas operacionalmente como "posições na ocupação". O perfil ocupacional dos subsetores "administração pública" ou "indústria mecânica", por exemplo, sofreu alterações radicais nos últimos cinquenta anos. Da mesma forma, as relações de trabalho, apesar de tenderem cada vez mais ao assalariamento, não apresentam hoje formas radicalmente distintas das existentes logo após a revolução industrial. O que se altera ao longo do tempo, portanto, é a distribuição interna de indivíduos por atividade e posição ocupacional, mas não as classes de atividade ou posição na ocupação "em si";

b) - Como corolário da constatação anterior, pode-se dizer que as mudanças na estrutura ocupacional, enquanto reflexo das alterações no âmbito da divisão técnica do trabalho, ocorrem com maior velocidade e frequência que as transformações na estrutura de atividade, que nada mais são do que mudanças no âmbito da divisão social do trabalho;

c) - Analogamente, pode-se dizer que a estrutura ocupacional, mesmo quando se considera constante o intervalo de tempo, responde por distintos estágios e padrões de desenvolvimento, podendo, portanto, assumir perfis regionais bastantes desiguais num mesmo período de referência;

Dadas estas características, a velocidade com que ocorrem as transformações nos padrões sociais, organizacionais e tecnológicos altera rapidamente as estruturas ocupacionais das cidades, impedindo que se cristalizem padrões ou que se formem hierarquias ocupacionais rígidas que permitam, a partir delas,

ms 87926

FEA - UFRJ	
BIBLIOTECA	
Data:	16 / 4 / 90
N.º Registro:	033541-X

UFRJ/IEI
TD 202

FICHA CATALOGRÁFICA

MEDICI, André Cesar

Urbanização e estrutura ocupacional: alternativas metodológicas para uma investigação./ André Cesar Medici. - Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989. 62p. 21cm. (Texto para Discussão. IEI/UFRJ n. 202)

1 - Urbanização. 2 - Demografia. I - Título. II - Série.

avaliar o grau de desenvolvimento de outras regiões.

Sendo assim, o relacionamento entre o conjunto de ocupações inerentes a uma dada estrutura econômica parece estar em constante movimentação, o que é dado não só pelas mudanças nas relações de trabalho ou no conteúdo de conhecimentos, habilidades e destrezas das ocupações, mas também pela constante criação de novas ocupações ao lado do desaparecimento das antigas. Muitas ocupações novas surgem pela divisão e ampliação do escopo de tarefas desempenhadas como parte de antigos ofícios. Outras surgem da fusão de velhos conhecimentos esparços, unificados através do domínio de uma nova técnica. No primeiro caso, temos grande parte das ocupações industriais, quando relacionadas ao artesanato e a manufatura; no segundo, temos muitas novas profissões que surgem sob a égide da informática.

Dado o caráter volátil e mutante das estruturas ocupacionais, torna-se difícil estabelecer de forma permanente, hierarquias e padrões associados a ocupações. Por outro lado, os supostos teóricos dos modelos de mobilidade ocupacional, tais como os de Lewis (2), que prevêm perfeita mobilidade no mercado de trabalho e, portanto, a construção de hierarquias ocupacionais baseadas em fatores subjetivos como atributos de escolaridade e competência, são muito distantes da realidade.

Mas, mesmo que a fluidez e a volatilidade das estruturas ocupacionais não permitam criar padrões de análise temporal ou regional de desenvolvimento, segundo a ocupação, isto não invalida a utilização de indicadores mais sintéticos que, associados a determinados grupos ocupacionais, possam indicar transformações no perfil das cidades no que diz respeito ao seu grau de desenvolvimento e suas diversidades sócio-econômicas, com algum grau de comparabilidade.

Dada esta problemática, conceitua-se por ocupação o conjunto de conhecimentos e habilidades e práticas inerentes a um ser humano, que lhe propiciam desempenhar uma determinada função no mercado de trabalho e por estrutura ocupacional, um conjunto estruturado de ocupações, de uma dada região ou localidade, que se modifica permanentemente em função de alterações que se processam na divisão técnica e na divisão social do trabalho, bem como nas distintas formas de organização e gestão social públicas e privadas.

Além destes problemas de ordem conceitual, outros problemas, mais ligados a questões de ordem operacional, tem impedido o desenvolvimento de estudos sobre o tema, cabendo destacar:

a) - As classificações ocupacionais podem ser construídas segundo múltiplos interesses ou metodologias e portanto, necessariamente costumam ser menos "universais" que as classificações de atividade ou posição na ocupação;

b) - Muitos autores julgam que a variável "ocupação"

é, em si mesma, insuficiente para construir perfis ocupacionais hierarquizados, sendo necessário correlacioná-la com outras variáveis como renda, escolaridade, sexo e, até mesmo posição na ocupação, para proceder a construção de tais perfis (3);

c) - Isto posto, a construção de "classificações ocupacionais" passa a depender do manejo múltiplo de extensas cadeias de informação, o que só é possível a partir da existência de bancos de dados e estruturas informatizadas de manejo e tratamento do material estatístico disponível sobre o assunto.

Apesar de muitos autores terem como meta a construção de "hierarquias ocupacionais" como base para estudos sobre grau de desenvolvimento de cidades, criticamos abertamente a idéia de hierarquia, não somente pelo caráter "cambiante" do valor das ocupações no tempo e no espaço, como foi apontado anteriormente, mas principalmente por não ser objetivo deste estudo "estratificar" as cidades segundo o seu "perfil ocupacional", mas sim compreender o significado dos processos históricos de formação das cidades segundo a natureza de sua estrutura ocupacional.

O objetivo deste artigo é, portanto, tecer comentários sobre aspectos metodológicos voltados à análise das transformações na estrutura ocupacional das cidades em função do processo de urbanização. Buscar-se-á compreender porque, no processo de desenvolvimento recente, não se consolidam estruturas ocupacionais que sobrevivam por, pelo menos, curtos espaços de tempo. Para tal, encontra-se dividido em três partes que se adicionam a esta introdução: a primeira, que faz uma breve resenha bibliográfica das linhas de trabalho que tangenciaram o assunto, seja no Brasil, seja no Exterior; a segunda, que corresponde a análise de alguns casos a título de exemplificação e a terceira, que amarra, em caráter tentativo, alguns passos metodológicos para a análise do assunto.

Por seu caráter especulativo, não se pretende, com este trabalho, analisar em profundidade dados ou informações relacionados a qualquer contexto histórico ou regional, excetuando-se, obviamente, aqueles casos utilizados a título de exemplificação.

I.1 - Fontes de Dados sobre Ocupação

No Brasil, os dados sobre ocupação podem ser encontrados tanto nas pesquisas domiciliares, como nas pesquisas por estabelecimento e em alguns registros administrativos. Como exemplo das pesquisas domiciliares, temos os Censos Demográficos, as Pesquisas por Amostra de Domicílios (como é o caso das PNAD's do IBGE), as Pesquisas de Emprego e Desemprego (como a PED, realizada pela Fundação SEADE em São Paulo ou a PME do

QUADRO ANALÍTICO DAS CATEGORIAS INVESTIGADAS AO LONGO DOS CENSOS DEMOGRAFICOS
OCUPAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	CENSOS DEMOGRAFICOS			
	1950	1960	1970	1980
1. Conceito	Não existia um conceito explícito de ocupação, na medida em que esse confundia-se com a atividade. Pesquisava-se a ocupação principal e a ocupação secundária. Por ocupação principal entendia-se aquela considerada como tal pelo informante. Por ocupação, entendia-se o emprego, cargo, função, ofício ou profissão exercida, com ou sem remuneração.	Emprego, cargo, função, profissão ou ofício habitualmente exercido. Conceituou-se como ocupação habitual, a exercida durante a maior parte do ano anterior à data do Censo ou, excepcionalmente, a ocupação exercida na data do Censo, quando o recenseado tivesse adotado, com ânimo definitivo, uma outra diferente da até então considerada habitual. Complementando a pesquisa, indagou-se na semana anterior à data do Censo, se o recenseado exercia outra ocupação ou estava desempregado.	Emprego, cargo, função, profissão ou ofício habitualmente exercido. Investigou-se a ocupação habitual, conceituada como a ocupação exercida durante a maior parte do ano anterior à data do Censo ou, excepcionalmente, a ocupação exercida na data do Censo, quando adotada com ânimo definitivo. Indagou-se se, na semana anterior à data do Censo, o recenseado exercia só a ocupação habitual, só outra ocupação, a ocupação habitual e outra ocupação, estava desempregado ou procurava do trabalho pela primeira vez.	Emprego, cargo, função, profissão, etc. exercido durante a maior parte dos 12 meses anteriores à data do Censo ou, excepcionalmente, a ocupação exercida na data do Censo, quando adotada com ânimo definitivo. Investigou-se a ocupação exercida na semana anterior à data do Censo (quando não era a habitual), no que se refere ao tipo de ocupação, ramo de atividade e posição na ocupação.
2. Forma de captação	Era feita conjuntamente com a captação da PEA (questão 18, aberto). Outra ocupação - Para as pessoas que tivessem outra ocupação além da habitual. Para as pessoas que tiveram outra ocupação, poder-se-ia conhecer o tipo de ocupação (questão 22, aberto).	Questão V - Declaração de ocupação habitual (aberto). Questão W - Se na semana anterior exercia outra ocupação ou estava desempregado. Para as pessoas que declararam ocupação habitual, havia a pesquisa do tipo de ocupação. Para aqueles que declararam outra ocupação (na semana), não se pesquisou o tipo de ocupação.	Questão 23 - Ocupação, profissão, cargo, função, etc., que exerceu durante o tempo no ano anterior à realização do Censo. Questão 26 - Se na semana de referência o recenseado estava exercendo outra ocupação além da habitual, só outra ocupação, desempregado ou procurando trabalho pela primeira vez. Para aqueles que declararam outra ocupação (na semana), não se pesquisou o tipo de ocupação.	Questão 30 - Tipo de ocupação habitual. Questão 41 - Se na semana anterior ao Censo estava exercendo apenas a ocupação habitual, outra ocupação, ou os dois casos em simultâneo, ou estava desempregado e procurando do trabalho, aposentado ou não tinha trabalho, nem estava procurando. Questão 42 - Se estava exercendo, na semana anterior ao Censo, ocupação diferente da habitual, qual a ocupação que exerceu. Questão 4 (Bloco 3) - Ocupação habitual exercida pelas crianças de 5 a 9 anos, que trabalharam no ano anterior à data do Censo.
3. Abrangência	Abrangia todas as pessoas de 10 anos e mais, posteriormente agregadas nos seguintes grupos: 1) ocupações de direção, administração e relativas ao funcionamento de escritórios; 2) ocupações técnicas, científicas, artísticas e semelhantes; 3) ocupações relativas à produção agrícola e extrativa; 4) ocupações relativas à produção manufatureira e à construção civil; 5) ocupações relativas ao comércio e atividades auxiliares; 6) ocupações relativas à prestação de serviços; 7) ocupações relativas aos transportes e às comunicações; 8) ocupações relativas à justiça, segurança pública e forças armadas; 9) outras ocupações; 10) sem declaração de ocupação.	Abrangia todas as pessoas de 10 anos e mais, posteriormente agregadas nos seguintes grupos: 1) ocupações administrativas; 2) ocupações técnicas, científicas e artísticas; 3) ocupações de agricultura e da produção extrativa; 4) ocupações das indústrias de transformação e da construção civil; 5) ocupação do comércio e atividades auxiliares; 6) ocupações dos transportes e das comunicações; 7) ocupações da prestação de serviços; 8) ocupações da defesa nacional e segurança pública; 9) outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas.	Abrangia todas as pessoas de 10 anos e mais, posteriormente agregadas nos seguintes grupos: 1) ocupações administrativas; 2) ocupações técnicas, científicas, artísticas e afins; 3) ocupações da agropecuária e da produção extrativa vegetal e animal; 4) ocupações da produção extrativa mineral; 5) ocupações de indústria de transformação e da construção civil; 6) ocupações do comércio e atividades auxiliares; 7) ocupações de transporte e comunicações; 8) ocupações da prestação de serviços; 9) ocupações de defesa nacional e segurança pública; 10) outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas.	Abrangia todas as pessoas de 10 anos e mais e as crianças de 5 a 9 anos que declararam trabalhar no ano anterior à data do Censo. A classificação de ocupações do Censo de 1980, assim como a do Censo de 1970, é aberta, possibilitando qualquer agrupamento que confira compatibilidade com os Censos anteriores.
4. Referência temporal	Ocupação declarada no momento da realização do Censo.	Para aqueles que declararam ocupação habitual, ano anterior à realização da data do Censo. Para aqueles que declararam outra ocupação, semana anterior à data do Censo.	Para aqueles que declararam ocupação habitual, ano anterior à realização do Censo. Para aqueles que declararam outra ocupação, semana anterior à data do Censo.	Para aqueles que declararam ocupação habitual, ano anterior à realização do Censo. Para aqueles que declararam outra ocupação, semana anterior à data do Censo.

IBGE), além de surveys regionais ou setoriais de menor abrangência. No caso das pesquisas por estabelecimento, destacam-se os Censos Econômicos (Agropecuário, Industrial, Comercial e de Serviços), as pesquisas setoriais anuais e mensais como a Pesquisa Industrial Anual do IBGE, além de surveys localizados. Por fim, existem ainda os registros administrativos, cujo exemplo mais conhecido é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a cargo de instituições da administração pública federal (4).

A qualidade, acessibilidade e adequação destas informações são, no entanto, bastante variáveis. Os registros administrativos, como a RAIS, trazem inúmeras informações sobre a estrutura ocupacional de todas as empresas públicas e privadas brasileiras. No entanto, tal instrumento de coleta restringe-se ao universo das chamadas "atividades formais ou regulares". Isto traz dois tipos de restrição para estudos de natureza mais geral sobre o tema:

a) - A estrutura ocupacional refere-se somente ao universo das ocupações assalariadas regulares, ou seja, aquelas que são exercidas mediante carteira de trabalho assinada ou estatuto de serviço público, para alguns tipos de vínculo ocupacional com o Governo Federal e com as Administrações Estaduais e Municipais. Com isso, são excluídas todas as empresas e atividades econômicas clandestinas que, como é sobejamente conhecido, detêm elevado peso na absorção de mão de obra no Brasil;

b) - Por outro lado, as ocupações ditas assalariadas não regulares, bem como aquelas exercidas por trabalhadores autônomos (ou por conta-própria), empregadores e trabalhadores não-remunerados não são captadas;

Problemas similares aos acima descritos ocorrem com os levantamentos estatísticos por estabelecimento, onde, em geral, somente os regulares são pesquisados. No caso dos censos industriais, comerciais e de serviços, isso ocorre pelo fato de serem investigados apenas os estabelecimentos portadores de CGC, o que não acontece com os Censos Agropecuários, onde a rigor são pesquisados todos os estabelecimentos.

Além destes problemas, cabe destacar que os registros administrativos e as pesquisas por estabelecimento enumeram empregos (postos de trabalho) e não indivíduos. Nesse sentido, todos aqueles que detêm mais de um trabalho ou ocupação são registrados segundo o número de postos de trabalho que formalmente detêm. Essa dupla ou tripla contagem poderia ser minimizada, no caso da RAIS, a partir da filtragem e identificação dos indivíduos com mais de uma ocupação, através do número do CPF que é registrado, no formulário, para cada empregado.

Mas, mesmo assim, os dados relacionados a estrutura ocupacional nas estatísticas por estabelecimento e nos registros administrativos não se prestam para a realização de análises globais; fato que não ocorre com as estatísticas domiciliares.

Os dados sobre ocupação nas pesquisas domiciliares são mais abrangentes, na medida em que propiciam a coleta da informação para todo e qualquer setor de atividade, seja qual for o vínculo ocupacional mantido pelo indivíduo. Portanto, tanto as atividades regulares como as não regulares são contempladas, o que permite abraçar uma maior gama de situações ocupacionais. Em outras palavras, pesquisas como Censos Demográficos investigam não apenas as situações regulares de assalariamento, mas também os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os autônomos, os empregadores e trabalhadores sem remuneração, permitindo obter um quadro ocupacional global da PEA.

Na análise da estrutura ocupacional, no entanto, necessita-se de pesquisas cujos critérios de amostragem permitam trabalhar com grande desagregação das informações. Isto inviabiliza, em muitos casos, a utilização de pesquisas como as PNAD's, especialmente quando se requer um grande coeficiente de confiabilidade para ocupações pouco frequentes. Da mesma forma, as PNAD's não propiciam uma forte desagregação regional dos dados. Para informações agregadas, por exemplo, o máximo de desagregação permitida, com um razoável intervalo de confiança, é o nível estadual ou metropolitano. Para dados desagregados ou de baixa frequência relativa, como ocupação, torna-se difícil trabalhar com pesquisas como as PNAD's numa perspectiva regional.

Portanto, os Censos Demográficos são as principais fontes de informação para o estudo de variáveis correlacionadas a estrutura ocupacional. Os dados sobre características econômicas da população disponíveis nos recenseamentos do Brasil, a partir de 1960, baseiam-se numa amostra de 25% dos domicílios existentes, permitindo, portanto, analisar variáveis que são representativas estatisticamente mesmo com grandes níveis de desagregação.

Quando se analisa a totalidade dos Censos Demográficos realizados no Brasil a partir dos anos quarenta, verifica-se que os problemas de comparabilidade relacionados à variável ocupação referem-se basicamente a natureza das classificações utilizadas e ao período de referência (5). Uma descrição das alterações ocorridas na mensuração da variável ocupação nos Censos Demográficos pode ser visualizada no quadro I. As classificações ocupacionais respondem, em grande medida, a três ordens de fatores:

1. O momento de sua confecção, enquanto reflexo da organização social do trabalho existente naquele momento;

2. A capacidade dos órgãos nacionais e internacionais de estatística, responsáveis pela elaboração destas classificações, responder pela estrutura ocupacional das distintas regiões. Quanto a este ponto, cabe ressaltar que as primeiras classificações ocupacionais, elaboradas por organismos como a OIT ou o IASI (6), eram centradas nas estruturas dos países desenvolvidos. Com o tempo, tais classificações passaram

responder mais adequadamente a estrutura ocupacional dos países de menor grau de desenvolvimento;

3. A defasagem entre o momento de elaboração das classificações e sua utilização nas pesquisas domiciliares. No caso do Brasil, vale ressaltar que a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) utilizada no Censo Demográfico de 1980, foi elaborada em 1974. Naquele momento, já existiam classificações internacionais mais modernas, que davam conta de novas ocupações surgidas com o desenvolvimento de setores como a informática, telecomunicações, etc.

Nesse sentido, vale dizer que as mudanças ocorridas nas classificações ocupacionais utilizadas nos distintos censos demográficos podem trazer problemas de comparabilidade por ocasião do registro da informação no levantamento censitário. De qualquer forma, os grupos ocupacionais utilizados para fins de publicação dos dados, permitem a construção de chaves de conversão úteis para aumentar o grau de comparabilidade, particularmente no que diz respeito aos Censos Demográficos de 1970 e 1980. Ao mesmo tempo, estes dois recenseamentos, por serem os únicos integralmente dispostos em sistemas informatizados, permitem a reconstrução de novos grupos ocupacionais que possam atender aos interesses de estudos mais pormenorizados sobre estrutura ocupacional.

Quanto ao período de referência, vale dizer que até 1950, a variável ocupação, entendida como "ocupação habitual" era relativa ao momento de realização da entrevista, enquanto que a partir de 1960 passou a ter como referência os 12 meses anteriores transcorridos até a data da entrevista.

Apesar destas restrições, a comparabilidade dos dados sobre estrutura ocupacional é muito maior entre os Censos Demográficos do que entre outras pesquisas domiciliares. Foi a partir desta constatação que o Núcleo de Estudos de Urbanização do Instituto de Economia da UNICAMP resolveu criar uma tipologia de ocupações, com base nos dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980 (7).

II - A LITERATURA DISPONÍVEL SOBRE ESTRUTURA OCUPACIONAL E URBANIZAÇÃO: BREVES COMENTÁRIOS

Os estudos que relacionam processo de urbanização com estrutura e dinâmica do mercado de trabalho são raros, mas em geral, é no âmbito da economia, da sociologia, da demografia e da geografia que podem ser encontradas algumas das principais contribuições sobre o assunto.

Apesar de recentes, tais estudos podem ser

sistematizados, para fins analíticos, em três grandes blocos:

a) - O primeiro, marcado pela literatura recente sobre "geografia urbana", produzida por sociólogos, geógrafos, urbanistas e, em alguns casos arquitetos, a qual tem como pano de fundo a teoria marxista e o materialismo histórico. Tais estudos buscam sempre reconstituir as características históricas dos processos de urbanização, tendo em vista estabelecer seus nexos causais e suas especificidades;

b) - O segundo, formado pelos trabalhos de alguns economistas, urbanistas e geógrafos, tem como pano de fundo as "teorias locacionais" e buscam estudar os fatores que determinam o tamanho das cidades através da utilização de métodos quantitativos e análises multivariadas;

c) - O terceiro caracterizado pelos estudos de natureza sócio-demográfica, buscam analisar a correlação entre dinâmica demográfica (especialmente no que diz respeito às migrações), urbanização e comportamento do mercado de trabalho.

II.1 - O Enfoque Marxista dos Estudos sobre Urbanização

Neste bloco, o processo de urbanização é entendido como um processo histórico e social. A dinâmica particular de cada modo de produção determina, em última instância, a natureza do processo de urbanização; ao mesmo tempo em que a divisão internacional do trabalho e as relações econômicas centro-periferia determinam distintos padrões de urbanização em escala mundial. O processo de urbanização oriundo do modo de produção capitalista é, nesta visão, o resultado da concentração espacial de meios de produção e força de trabalho. Tal enfoque não deixa de considerar que, em termos específicos, vários fatores de ordem regional, cultural, local, etc., podem responder por peculiaridades importantes na definição dos contornos desse processo.

Um dos marcos teóricos neste estilo de abordagem foi o trabalho de Manuel Castells sobre a "questão urbana" (8), o qual busca estabelecer o nexo e as raízes econômicas dos processos de urbanização nos países centrais e nas economias latino-americanas. Para Castells, o espaço urbano, enquanto expressão da estrutura social, é a resultante da interrelação de três sistemas: o econômico, o político e o ideológico.

O sistema econômico, o que mais interessa ao estudo das questões correlacionadas a estrutura ocupacional, organiza-se em torno das relações que se estabelecem entre a força de trabalho, os meios de produção e o não trabalho; elementos estes que se combinam segundo duas relações principais: a) relação de

propriedade (apropriação do produto) e relação de apropriação real (processo técnico de trabalho). Tais relações se estabelecem no espaço através dos seguintes elementos:

a) Produção (P); entendida como o conjunto de atividades produtoras de bens, serviços e informações;

b) Consumo (C); entendido como o conjunto de atividades relativas a apropriação social, individual e coletiva do produto;

c) Intercâmbio (I); entendido como os elementos que correspondem às relações estabelecidas entre P e C ou no interior de P ou C;

d) Gestão (G); entendido como o processo de regulação que se dá entre P, C e I.

A relação existente entre estes elementos é que determina a natureza do processo de urbanização e constituição das cidades. De qualquer forma, Castells considera que as disponibilidades prévias de força de trabalho em geral, e de força de trabalho especializada, em particular, tiveram papel determinante na fase mais recente do processo de urbanização de países como a França.

No caso específico das relações entre "processos de urbanização" e reprodução da força de trabalho" no contexto latino-americano, Castells afirma que:

"Las aglomeraciones espaciales resultan en una buena parte del proceso de descomposición de la estructura productiva, en particular agraria y artesanal. Ello explica la concentración de desempleados más o menos estructurales, la necesidad del sistema en reproducir su fuerza de trabajo, su no rentabilidad como mercado para el consumo de mercancías y, por tanto, la ausencia de producción de medios de consumo colectivos o servicios urbanos. Así, puesto que una parte de la población y actividades existen cuando, estructuralmente, no debieran existir, se produce el proceso de "urbanización selvaje" y sus característicos atributos espaciales. Una buena parte de las ciudades, en estas condiciones, no son resultados del proceso de concentración de medios de producción y fuerza de trabajo, sino auténticos vertederos de lo que el sistema desorganiza sin poder destruir enteramente." (9).

Castells, no entanto, reconhece que em muitos contextos, as cidades latino-americanas cresceram, também, em função de padrões similares aos encontrados nos países centrais, tais como a concentração de meios de produção, unidades de gestão e força de trabalho em determinados espaços. Esta dupla origem forjou, na visão do autor, processos de urbanização funcionalmente marcados por um dualismo de formas de inserção no

mercado de trabalho e perfil ocupacional. Como corolário;

"La urbanización latino-americana se caracteriza, pues, por los rasgos siguientes: población urbana que supera la correspondiente al nivel productivo del sistema; no relación directa entre empleo industrial y urbanización, pero asociación entre producción industrial y crecimiento urbano; fuerte desequilibrio en la red urbana en beneficio de una aglomeración preponderante; aceleración creciente del proceso de urbanización; insuficiencia de empleo y servicios para las nuevas masas urbanas y, por consiguiente, acentuación de la segregación ecológica por clases sociales y polarización del sistema de estratificación al nivel del consumo" (10).

Os trabalhos de Harvey (11) também são reconhecidos como importantes contribuições nessa linha de análise. Partindo de pontos de vista e bases conceituais semelhantes a de Castells, Harvey considera o desenvolvimento das cidades como resultante da articulação entre modos de produção e modos de integração econômica. Utilizando a conceituação de Polanyi (12), Harvey distingue três modos de integração econômica: reciprocidade, redistribuição e mercado de troca. Cada um destes modos de integração econômica pode dar origem a modos particulares de organização social, chamados de igualitário, ordenado e estratificado, respectivamente.

Logicamente que a associação entre modos de integração econômica e organização social não é mecânica, podendo haver grandes variações em torno da classificação proposta. O conceito de reciprocidade envolve a transferência de bens, favores e serviços entre indivíduos ou grupos sociais. As formas pelas quais ocorre tal reciprocidade podem ser "equilibradas", onde todos se beneficiam mutuamente em igual magnitude, ou "desequilibrada", quando alguns se beneficiam mais do que outros. Na concepção de Harvey, a reciprocidade, enquanto modo de integração econômica, acarreta em formas igualitárias de organização social, as quais, em geral, não propiciam a formação de centros urbanos, na medida em que não estimulam a formação de excedentes econômicos. Nesta concepção, as cidades são locais onde, por excelência, "se forma e se move" o excedente.

Na verdade, as condições para o surgimento das cidades são dadas na transição de formas igualitárias para formas redistributivas de organização social, o que pressupõe, na classificação em foco, a passagem do modo de "reciprocidade" para o modo de "redistribuição", no que diz respeito aos mecanismos de integração econômica. Isto porque "a redistribuição envolve um fluxo de bens (ou em alguns casos o estabelecimento de direitos sobre a produção) para sustentar as atividades de uma elite" (13). Tal redistribuição promove a concentração de excedentes capazes de propiciar o desenvolvimento de centros urbanos.

Por fim, as condições plenas para o desenvolvimento do

urbanismo, segundo Harvey, estão dadas nos modos de integração do tipo "mercado de troca". A troca, enquanto processo social, permite o aprofundamento de graus de mercantilização, permitindo modos de organização social baseados na "estratificação". Estes tipos de organização social são característicos do urbanismo capitalista.

De qualquer forma, da análise de Harvey deduz-se que as cidades "são formas criadas e produzidas para mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significativas do produto excedente socialmente definido" (14). No entanto as cidades apresentam distintos processos históricos de constituição. Isto tende a criar padrões diferenciados de urbanismo os quais podem originar cidades com perfis distintos de desenvolvimento, atividade e estrutura ocupacional.

Muitos outros autores podem ser identificados com essa perspectiva, tais como LOJKINE (15) e BOOKCHIN (16). Mas no que diz respeito às relações entre urbanização e estrutura ocupacional, o que vale registrar é que, na concepção desta corrente, não basta analisar a forma como tais relações se determinam no interior das cidades, mas também as relações econômicas de produção e troca que se estabelecem em seu "entorno".

II.2 - O Enfoque Sistêmico das Teorias Locacionais

Diferentemente da abordagem anterior os estudos que podem ser enquadrados neste bloco enfatizam menos os aspectos históricos relacionados a constituição das cidades. Ao contrário, procuram partir de quadros referenciais empíricos, tendo em vista buscar que tipo de características sociais, econômicas e demográficas podem estar associadas à dinâmica das cidades, segundo seu tamanho. A teoria econômica se desenvolveu antes da teoria geográfica e, em certo sentido, a teoria urbana da localidade central tem como base as teorias locacionais desenvolvidas na economia.

Esse novo referencial da geografia inspirou-se metodologicamente no funcionalismo e na teoria de sistemas. Isto porque...

"Uma região é definida em termos da operação de um processo espacial, no qual estão contidos os atributos dos lugares e as relações entre os mesmos. Atributos e relações interagem entre si, formando o sistema espacial (...) a definição da estrutura de inter-relações em um conjunto de variáveis que descreve uma região só é válida àquele nível de generalização (o nível de resolução do problema) e não necessariamente em outros. Só uma visão sistêmica pode conter este tipo

de conceito regional." (17)

Utilizam-se, para conhecer tais interrelações entre grupos de variáveis, técnicas de análise de covariâncias, "cluster analysis" e muitos outros métodos e técnicas quantitativas, sem buscar, no entanto, grandes teorizações a partir dos resultados encontrados. Segundo Faissol,

"Uma das características mais evidentes da chamada revolução quantitativa na Geografia foi o uso de métodos estatísticos e matemáticos na análise de problemas geográficos (...) A Matemática e a estatística, associadas, tem trazido à Geografia uma contribuição não só operacional, mas também conceitual e lógica (18)".

Em geral, a análise das cidades, a partir deste novo referencial, leva em consideração conceitos tais como o tamanho funcional de uma cidade, seu nível de desenvolvimento, sua estrutura funcional e a densidade da rede urbana. O tamanho funcional de uma cidade não é dado apenas pela magnitude de sua população. Vários fatores tais como a capacidade de um determinado centro urbano em gerar emprego ou em oferecer certos serviços são levados em consideração no estabelecimento do tamanho funcional de uma cidade. A estrutura funcional nos mostra, por exemplo, que tipo de atividades estão gerando mais emprego ou mais renda. Para conhecer tais elementos, utilizam-se técnicas de análise fatorial. Elas permitem escolher, a partir de uma miríade de variáveis, aquelas que explicam melhor o fenômeno observado, detendo estas a capacidade de sintetizar as demais (19).

Um dos procedimentos utilizados em análise fatorial constitui as chamadas "correlações canônicas", que permitem o exame da estrutura de relações existentes entre dois grupos de variáveis. Tais modelos foram bastante utilizados na geografia quantitativa para analisar estruturas de cidades segundo a mobilidade ocupacional no mercado de trabalho. ABREU e VETTER (20), realizaram trabalho nesse sentido para as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo. Com base nos dados do Censo Demográfico de 1970, buscaram testar a correlação entre nível ocupacional e nível educacional, a partir do agrupamento ocupacional em quatro classes: ocupações profissionais e gerenciais do mercado formal; ocupações industriais e terciárias do mercado formal; ocupações do mercado formal e informal e ocupações do mercado informal.

Desde os anos setenta que esta linha de trabalho vem se desenvolvendo internacionalmente. Relações entre tamanho de cidade, distribuição de renda e crescimento podem ser encontradas em revistas como a americana "Urban Studies" (21).

II.3 - A Análise das Migrações e a Contribuição da Demografia

Os estudos sobre migração elaborados nos últimos anos trouxeram, certamente, boas contribuições às análises relacionadas a estrutura ocupacional, mercado de trabalho e urbanização. Grande parte destas contribuições originam-se com os trabalhos de Michael Todaro (22). Tal fato deve-se, certamente, as investigações sobre as condições de atração migratória e aos trabalhos sobre mobilidade ocupacional dos migrantes, nos quais os elementos correlacionados ao mercado de trabalho detêm papel decisivo.

Grande parte destes estudos procuram identificar as diferenças de status ocupacional entre migrantes e não migrantes, tendo em vista investigar em quanto tempo tais diferenciais ocupacionais se dissipam. Ao mesmo tempo são pesquisados os distintos perfis ocupacionais de migrantes e não migrantes por idade sexo e outras variáveis.

Neste campo, podem ser identificados tanto estudos de orientação histórico-estrutural como trabalhos de base metodológica quantitativo-descritiva.

Um trabalho de grande originalidade sobre questões relativas a mobilidade do trabalho é o de GAUDEMAR (23), onde a questão é analisada sob distintos enfoques no interior da teoria econômica. No entanto o aspecto "migração" fica pouco coberto diante da análise mais detalhada dos aspectos ligados a mobilidade ocupacional horizontal ou vertical.

No Brasil, este tipo de enfoque recebeu algumas atenções, as quais podem ser visualizadas em alguns trabalhos publicados pelo IPEA, particularmente os de COSTA (24) e os de MARTINE e PELIANO (25).

Este último, em seus capítulos dois, três cinco e seis, faz uma análise da estratificação ocupacional do mercado de trabalho nas nove Regiões Metropolitanas Brasileiras.

Em trabalho elaborado em 1973 por Nelson do Valle Silva (26) foi atribuído um "índice social ou score" a cada um dos 259 grupos ocupacionais que constam da classificação do Censo Demográfico de 1970, sendo baseado esse índice numa média nacional de valores atribuídos às variáveis renda e educação associadas a cada grupo ocupacional.

A partir deste trabalho, MARTINE e PELIANO transformam os 259 grupos ocupacionais em 28 categorias, em função de critérios que levaram em conta a homogeneidade dos "scores" obtidos na classificação de SILVA, a homogeneidade em termos de setores e tipos de atividade e, por fim, a importância atribuída a algumas ocupações específicas na avaliação do processo migratório. Estas 28 categorias foram, posteriormente

reagrupadas, dando origem a cinco estratos bastante diferenciados em termos de "status" sócio-econômico.

As categorias ocupacionais são analisadas, no trabalho de MARTINE e PELIANO segundo três variáveis discriminatórias: sexo, idade e condição migratória, sendo que para migrantes, era discriminado o tempo de residência. Os resultados obtidos pelos autores mostram que, em primeira instância...

"A inserção da população na estrutura ocupacional das Regiões Metropolitanas é... condicionada pela base econômica da região e pela composição etária dos diversos grupos..." (27).

Em outras palavras a herança econômica regional e a dinâmica social e demográfica são os principais elementos explicativos da estrutura ocupacional de uma dada região. Considerados estes aspectos, os diferenciais entre migrantes e não-migrantes aparecem mais fortemente, no caso dos homens, pela predominância de ocupações de escritório nos naturais e pela predominância de ocupações ligadas a construção civil e aos serviços desqualificados nos migrantes. Verifica-se também que os diferenciais na estrutura ocupacional entre migrantes e não migrantes vão desaparecendo na medida em que aumenta o tempo de residência do migrante no seu local de destino.

No caso das mulheres observa-se a forte predominância dos serviços pessoais e particularmente dos empregos domésticos enquanto ocupações típicas de migrantes. "...a ocupação de empregada doméstica domina toda a configuração da PEA feminina nas RM brasileiras. A participação das mulheres nesta ocupação varia fundamentalmente segundo a idade e o status migratório" (28).

Os autores chegaram, ainda a conclusão de que, em 1970, cerca de três quintos da PEA masculina e proporção maior da PEA feminina nas Regiões Metropolitanas estava inserida em estratos ocupacionais de baixa qualificação, de acordo com a metodologia utilizada. No entanto, tal estratificação beneficia ligeiramente os naturais nas duas principais metrópoles (Rio de Janeiro e São Paulo), dado que nas demais RMs não foram observados diferenciais ocupacionais entre naturais e migrantes na PEA masculina. Para as mulheres, tais diferenciais aparecem com maior nitidez. Outra conclusão compartilhada pelos autores foi a indicação de que aqueles que se dirigem ao núcleo urbano galgam posições superiores na escala ocupacional, do que aqueles que se dirigem para a periferia do núcleo metropolitano. Certamente, os primeiros detêm melhores condições sócio-econômicas para ocupar postos de trabalho de melhor status nas classificações utilizadas.

* * *

No Brasil, muitos outros autores tem se dedicado, quer como tema central, quer periféricamente, às questões relacionadas com urbanização, mercado de trabalho e estrutura ocupacional. Destacam-se neste particular os trabalhos de Hamilton Tolosa, José Almeida, Celsius Lodder, Martin Smolka, Thompson de Andrade, bem como os estudos de Paul Singer, Juarez R. Brandão Lopes e Wilmar Faria (29), entre outros. No caso de Vilmar Faria, os três enfoques aqui descritos procuram ser abordados, em alguns de seus trabalhos, de forma integrada, buscando "vincular a problemática da divisão social do trabalho, tão cara aos teóricos da urbanização - de Marx a Lojkin - , aos estudos de especialização e hierarquia funcionais - realizados por geógrafos e economistas com tradição no trabalho quantitativo, tendo como preocupação o estudo do crescimento populacional - objeto do trabalho dos demógrafos" (30). O autor chega a conclusão de que, em muitos casos, o trabalho de integração interdisciplinar traz resultados importantes e que não há incompatibilidade entre as teorias macro-sociais da divisão social do trabalho e a utilização de métodos quantitativos.

III - O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA ESTRUTURA OCUPACIONAL

O processo de urbanização de um país ou região é, antes de tudo, um processo histórico e social. Responde pela dinâmica das relações de produção e trabalho que se formam naquele contexto regional. Estas relações determinam, em grande medida, o surgimento e a funcionalidade das cidades e portanto suas características sociais e econômicas, onde se destaca a estrutura de inserção profissional e ocupacional de seus habitantes.

Os estudos funcionais e sistêmicos costumam classificar as cidades segundo as funções preponderantes que essas desempenham. Assim, existem cidades que se caracterizam por serem centros de produção, centros de comércio, capitais políticas, balneários ou cidades recreativas e até mesmo cidades diversificadas. Tais cidades, obviamente detêm estruturas ocupacionais distintas, dada essa funcionalidade do meio urbano. A classificação funcional das cidades, no entanto, não responde pelo seu processo genético de formação e pelas estruturas econômicas, sociais e ocupacionais. Não permite, dessa forma, estudar a origem, o desenvolvimento e as tendências futuras dos processos de urbanização. E, por fim, não responde pelo real significado do processo de desenvolvimento urbano que, na prática mostra que o desenvolvimento das cidades, por si só, elimina, como decorrência da própria divisão social do trabalho, a idéia de especialização funcional das cidades.

Existem outros métodos de classificação das cidades, além da classificação funcional. Um deles diz que as cidades

variam muito segundo suas estruturas profissionais e, portanto, podem ser classificadas segundo as características de seus perfis ocupacionais. Esse método, denominado classificação profissional das cidades foi utilizado por Paul Gillen (31) em meados da década de cinquenta.

O primeiro passo do método utilizado por Gillen foi agrupar as ocupações em nove classes ocupacionais, a saber:

1. profissional;
2. semi-profissional;
3. proprietários;
4. empregados de escritório;
5. trabalhadores especializados;
6. operários semi-especializados;
7. serviço doméstico;
8. serviço público;
9. trabalho avulso.

Em seguida, são atribuídos pontos a cada uma das profissões alocadas nesses grupos, segundo os scores de renda e educação, de forma que as cidades com ocupações de maior renda e escolaridade formal apresentariam um maior número de pontos.

A partir destes critérios foi montada uma escala de 0 a 160 pontos, de forma que as cidades pudessem ser classificadas em seis categorias, segundo o número de pontos obtidos de acordo com seu perfil ocupacional.

A grande desvantagem da metodologia de Gillen constitui em não analisar a natureza dos perfis ocupacionais em si mesma. Para exemplificar, duas cidades podem ter números semelhantes de pontos, mesmo que apresentem perfis profissionais distintos, ou seja, basta que tais perfis detenham escores de escolaridade/renda similares alocados em perfis profissionais distintos.

Portanto, é a natureza do processo de urbanização, determinada por processos econômicos, que vai definir os perfis ocupacionais das cidades. As ocupações urbanas passam a constituir uma rede interdependente de ofícios e atividades, nos quais se manifesta uma hierarquia profissional, no que diz respeito as relações salariais, educacionais, de prestígio e de poder.

Logicamente que fatores como a tecnologia, a mudança nos padrões de organização do trabalho, o redirecionamento da estrutura produtiva e as transformações nas relações sociais modificam constantemente os perfis ocupacionais urbanos. Isto nos leva a pensar na existência de distintos processos históricos de urbanização e diversificação da estrutura ocupacional. Acreditamos, no entanto, ser inútil construir uma tipologia destes processos, pois a necessidade de estudar distintos contextos históricos tendo em vista estabelecer seus pontos de contacto e divergência, praticamente particulariza cada processo.

De qualquer forma, as experiências históricas vem a demonstrar que o processo de desenvolvimento econômico, por si só, determina o processo de urbanização. Muitas cidades, no contexto do desenvolvimento urbano do interior paulista, por exemplo, tem seus processos de urbanização e diversificação da estrutura ocupacional atrelados, em primeira instância, a implantação da agricultura de exportação e seus desdobramentos econômicos no campo dos transportes, da agricultura de mercado interno e do comércio. As atividades de apoio a agricultura, no que diz respeito a equipamentos, insumos, etc., bem como as facilidades propiciadas pela intermediação financeira, propiciam uma diversificação da atividade econômica atrelada ao crescimento industrial, que vai encontrar no meio urbano seu espaço de expansão. Em paralelo ao desenvolvimento de uma estrutura ocupacional de corte industrial, surge toda uma gama de serviços (públicos e privados) de apoio a indústria e a agricultura, bem como os chamados "serviços de cunho pessoal e coletivo", cujo volume de ocupações cresce com o adensamento populacional urbano.

Sendo assim, dada a determinância do processo de desenvolvimento econômico na dinâmica da urbanização, buscaremos analisar as experiências americana, latino-americana e brasileira, com ênfase no Estado de São Paulo, para posteriores comentários sobre o estabelecimento de alternativas metodológicas.

III.1 - As Alterações na Estrutura Ocupacional Norte-Americana

CIST e HALBERT (32), analisaram as principais alterações ocorridas na estrutura ocupacional americana em conjugação com o processo de urbanização sofrido pelos Estados Unidos entre 1910 e 1950. Dentre as mudanças ocorridas no período destacam-se (tabela 1):

a) Declínio dos operários não especializados e trabalhadores agrícolas que passam de 36,0% para 20,8% do total dos ocupados;

b) Crescente proporção de profissionais liberais e semi-liberais e de operários especializados e semi-especializados. Os primeiros passam de 4,4 para 8,5% dos ocupados o que foi favorecido pela crescente participação feminina no mercado de trabalho; os demais passam de 26,4% para 33,7% dos ocupados, representando um aumento da demanda por pessoal suscetível de aperfeiçoamento após curta aprendizagem. Representa, também um declínio do mestre-artesão e sua paulatina substituição por engenheiros ou técnicos especializados;

c) Aumento de participação dos funcionários de

escritório (de 10,2% para 18,8%) como consequência da multiplicação de organizações burocráticas e da necessidade de pessoas para desempenharem funções na distribuição de produtos (comércio) e na prestação de serviços;

d) Redução da participação de proprietários e gerentes (na produção não-agrícola), ou de fazendeiros e capatazes (na produção agrícola) em função dos processos de concentração da propriedade e centralização da produção.

TABELA 1
MUDANÇAS NA ESTRUTURA OCUPACIONAL AMERICANA
EUA 1910-1950

GRUPOS OCUPACIONAIS	ANOS DE REFERENCIA	
	1910	1950
1. proprietários, gerentes, fazendeiros e capatazes	23,0	15,9
2. funcionários de escritório	10,2	18,8
3. profissionais liberais e semi-liberais	4,4	8,5
4. operários especializados e semi-especializados	26,4	33,7
5. operários não-especializados e trab. agrícolas	36,0	20,8
6. outros trabalhadores	-	2,3 (*)
TOTAL	100,0	100,0

fonte: USA, Bureau of Census.

(*) Correspondem as pessoas que não declararam ocupação

Além destas tendências mais gerais, algumas questões específicas devem ser destacadas quando se observa as alterações na estrutura ocupacional americana em função do processo de urbanização:

a)- Aumento da participação feminina no mercado de trabalho, intensificado no pós-guerra, com ênfase nos trabalhos semi-especializados, nas funções burocráticas e nas profissões liberais;

b)- Aumento do número de ocupados nas atividades comerciais e de serviços, na medida em que na maioria das cidades americanas, os caixeiros, vendedores e pessoal dos escritórios comerciais, não somente constituíam a mais numerosa categoria profissional, mas também representavam a categoria que mais crescia em termos relativos; Para exemplificar, entre 1910 e 1940 a população de Chicago cresceu 58%, enquanto que o pessoal ocupado no comércio cresceu 92%. Tal crescimento pode ser explicado pelo fato de que o crescimento econômico norte-americano foi, antes de tudo, relativamente redistributivo, favorecendo o aumento do consumo real, e portanto, das ocupações ligadas ao comércio;

c)- Declínio das ocupações ligadas aos serviços domésticos, que passam a representar menos de 2,5% dos ocupados urbanos em 1950. "Tal declínio sugere um movimento ascensional na escala profissional na carreira de indivíduos e uma mobilidade entre gerações, pela qual filhos e filhas de empregados domésticos escolhem empregos de nível mais elevado, entrando para a classe dos trabalhadores especializados e semi-especializados, ou mesmo tornando-se funcionários e invadindo os escritórios" (33). A redução de empregados domésticos intensificou-se especialmente nas décadas de trinta e quarenta. Em 1930, existiam 20 empregadas domésticas para cada 1000 habitantes nos Estados Unidos. Este número caiu para 16 em 1940 e 9 em 1950. O importante a destacar é que a redução de empregados domésticos foi o reflexo de uma sociedade urbana afluenta, redistributiva e socialmente integradora, em termos de geração de empregos e novas oportunidades de trabalho;

d)- Emergência de uma sociedade de assalariados e de formas associativas e normativas de proteção ao empregado, o que constitui a contra-face de uma sociedade em intenso processo de modernização social;

e)- Tendência massiva à especialização e à profissionalização do trabalho, com a substituição progressiva dos operários não especializados por máquinas; dos operários semi-especializados por especializados e destes por engenheiros.

E interessante apontar que as alterações verificadas na estrutura ocupacional norte-americana caracterizam a emergência de ocupações onde são maiores os requisitos de especialização profissional e/ou escolaridade em face ao desaparecimento progressivo de ocupações desqualificadas.

Mas esse processo de industrialização e urbanização, na medida em que ocorreria nos moldes tecnológicos dos países centrais, não permitiria incorporar a totalidade da população que, deserdada pela concentração fundiária, afluiria às cidades. Em outras palavras;

"...essa industrialização dependente é, por isso excludente; a sua própria lógica contém a inevitabilidade da marginalização de setores crescentes da população urbana. Essa marginalização em desenvolvimento não se dá somente porque os novos habitantes das áreas urbanas industriais não encontram um lugar definido na estrutura de papéis ocupacionais básicos, secundários ou subsidiários do novo sistema industrial, mas também pela progressiva declinação de certos ramos de atividade produtiva frente a outros de grande tecnologia e de grande rentabilidade para os monopólios estrangeiros" (37).

Nestas circunstâncias, não é difícil imaginar que surjam argumentos sequiosos de demonstrar que tais relações levam à marginalização ocupacional de grandes fatias da população.

"Na América Latina, em contraste, há uma larga fatia populacional que não consegue se inserir no sistema produtivo, engrossando o rol dos desempregados ou inativos; bem como razoável proporção da força de trabalho que não consegue estabelecer-se como assalariada, permanecendo numa situação de subemprego, de modo particular nas ocupações autônomas do setor terciário, ou ainda vinculada às atividades artesanais e à indústria a domicílio. Tais fenômenos são largamente analisados no quadro da teoria da acumulação capitalista e no contexto latino-americano, em função do caráter dependente da economia e da sociedade dos países da Região" (38).

A marginalidade ocupacional surgia, portanto, como uma decorrência perversa do baixo potencial integrador da industrialização e do desenvolvimento dependente. Mas essa fraca capacidade de integração, geradora dessa marginalidade ocupacional não era uma debilidade ou um "peso morto", mas sim um dos traços funcionais do sistema. Os trabalhadores inseridos nesse conceito de marginalidade eram, nessa perspectiva, partes integrantes do processo de acumulação. Da mesma forma, na visão de Kowarick, o desenvolvimento autônomo não traria efeitos contrários como uma maior integração ou uma menor marginalidade social. A questão não se circunscrevia à presença do capital estrangeiro nos contextos nacionais, mas sim do fato de que o capitalismo, agora, "reflete os interesse monopolísticos

III.2 - considerações Sobre o Padrão de Urbanização/Estrutura Ocupacional Latino-Americano

Grande parte das concepções sobre o processo de urbanização na América Latina nas décadas de sessenta e setenta, giravam em torno da chamada "teoria da dependência" (34). Tal concepção era compartilhada, não só por autores europeus, como CASTELLS, mas também por autores da própria região. Como afirmava QUIJANO;

"O processo de urbanização, em particular, só pode ser validamente explicado como parte da problemática mais ampla da sociologia da dependência latino-americana" (35).

Na concepção de Quijano, apesar das relações de dependência se alterarem ao longo do tempo, elas continuam influenciando na dinâmica do processo de urbanização na América Latina. O desenvolvimento das cidades na etapa colonial, tem como determinantes básicos o comércio colonial, que se estabelece com o monopólio metropolitano, e o desempenho das funções de centros administrativos das metrópoles no espaço colonial. Com o processo de descolonização, emergem novas relações econômicas (comerciais e financeiras) que modificam e redefinem o espaço da dependência. Isso caracterizou um processo de urbanização onde, pelo menos até o início do século XX, as cidades portuárias foram os espaços de maior crescimento e desenvolvimento urbano. Nos anos mais recentes, não só se acentua a dependência financeira, como aumentam as inversões estrangeiras nos setores industriais, comerciais e de serviços.

"a expansão e diversificação da produção industrial já não está mais concentrada unicamente em alguns poucos países da Região, mas tende a generalizar-se a todos eles, ainda que desniveladamente. Enquanto os países de maior tradição industrial ultrapassam a etapa substitutiva de importações de bens de consumo e se encaminham para a industrialização de bens intermediários de capital(...) Todo esse processo pode ser descrito adequadamente como um processo de urbanização da economia..."(36).

centrais, e não nacionais" (39).

Não se pode negar, é verdade, que a América Latina apresenta contextos nacionais profundamente heterogêneos; alguns caracterizados por um crescimento urbano na forma "parasitária" e não "generativa" (40). Muitos países latino-americanos, como o México, por exemplo, tem seu processo de urbanização atrelado a uma localidade central, como é o caso da capital daquele país. Isto dificulta o processo de formação de redes de cidades e demarca uma dinâmica de crescimento urbano parasitária, onde as estruturas ocupacionais são marcadas pela forte presença de ocupações de baixa produtividade e remuneração, com um perfil de especialização relativamente indefinido, como é o caso de muitos biscateiros, tarefeiros, ocupados em serviços pessoais, etc.

Mas isso não ocorreu, obviamente em todos os contextos nacionais. E mesmo no interior de um dado contexto nacional, como no do Brasil, tal processo pode ter ocorrido de forma bastante heterogênea, a depender da Região considerada. Alguns Estados do Nordeste tiveram sua dinâmica urbana marcada por cidades (geralmente as capitais) que exercem o papel de localidade central. Já o processo de urbanização no Estado de São Paulo (Brasil), conforme demonstra análise recente feita pelo Instituto de Economia da UNICAMP (41), ocorreu a partir de fatores de integração gerados no seio do próprio complexo cafeeiro-exportador e deflagrados com mais rapidez, a partir do processo de industrialização que se inicia nos anos trinta, propiciando a formação de uma extensa e dinâmica rede ou malha urbana naquele Estado (42).

Segundo SALM et alii, o conceito de integração pode ser visto como o resultado articulado dos seguintes fenômenos:

"a) O crescimento da produtividade resultante da expansão das atividades modernas deve vir acompanhado da diminuição das disparidades setoriais e regionais nos níveis de produtividade do trabalho;

b) esse processo deve resultar na multiplicação das inter-relações setoriais, com repercussões na criação de novas atividades de alta produtividade e na incorporação de mão de obra nas diversas regiões do país; o desenvolvimento regional passa, assim, a depender menos de vocações naturais do que do processo global de acumulação;

c) resulta daí a formação de um mercado nacional de trabalho assalariado que (...) possui um corte jurídico-institucional que garante aos empregados com

vínculo registrado em carteira um status diferenciado. Com isso não estamos negando o caráter capitalista do assalariamento não formalizado nem o de outras formas de exploração do trabalho. Apenas consideramos, a maior parte dos que trabalham sob tais formas, resquícios do atrazo, como não integrados" (43).

Pode-se dizer, assim, que no caso de alguns países ou regiões latino-americanas, o desenvolvimento econômico tem propiciado uma efetiva integração da economia, do mercado de trabalho e da estrutura ocupacional. É inegável que, em algum momento, tal integração passou a ser visualizada em países como Argentina, Chile ou Uruguai. O perfil ocupacional destes países sofreu profundas alterações desde o início do século até os anos sessenta e as ocupações que poderiam ser embrulhadas no conceito de "marginalidade" se reduziram a níveis inexpressivos. A crise econômica, política e institucional dos anos setenta e oitenta trouxe, no entanto, um aumento do contingente de trabalhadores nestas condições, "enevoando" um pouco tal integração.

Em outros países, como acreditamos ser o caso do Brasil e México, marcados pelo grande dinamismo de seu crescimento nos anos cinquenta, sessenta e setenta, tal integração pode efetivamente ter ocorrido, embora seja obscurecida pela existência de fatores que não permitem sua visualização. Existem, no entanto, algumas diferenças entre Brasil e México, no que diz respeito à natureza do processo de urbanização. Enquanto a urbanização mexicana tem como base uma cidade ou localidade central (a do México) que concentra quase a metade da população do país, a urbanização brasileira, pelo menos no Centro-Sul, é um exemplo vivo da formação de uma rede urbana integrada e espalhada.

No Brasil, as ocupações de alta e média qualificação passaram de 31,6% para 40,3% do total das ocupações entre 1970 e 1980 (44). Além desta e de outras evidências, vale dizer que aumentou constantemente a participação dos assalariados formais na PEA. Mas, é inegável que fatores como a concentração rural da propriedade, a rapidez do processo de urbanização, as políticas permanentes de contenção dos salários de base e o caráter tardio da transição demográfica tem dificultado uma visualização clara das evidências do processo de integração.

Como corolário dessas dificuldades, as estruturas ocupacionais urbanas de países como o Brasil são marcadas pelo crescimento de ocupações de maior qualificação, ao lado da permanência de grandes contingentes de população em ocupações desqualificadas.

A tabela 2 mostra a ocorrência desse processo no Brasil, entre 1970 e 1977. Observa-se que apesar do aumento dos ocupados nos grupos de maior qualificação (grupos 1, 2 e 3) e da diminuição relativa dos trabalhadores desqualificados (grupo 4),

verificasse que estes últimos ainda representavam mais de 30% dos ocupados urbanos no Brasil. Em termos absolutos os trabalhadores inclusos nesse grupo passam de 5,6 para 9,4 milhões de ocupados, representando um acréscimo líquido de 3,8 milhões de pessoas. Com tal crescimento absoluto, num espaço de apenas 7 anos, qualquer redução relativa desse contingente passa despercebida.

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS
EM OCUPAÇÕES URBANAS SEGUNDO GRUPOS ESPECIAIS DE OCUPAÇÃO
BRASIL, 1970-1977

GRUPOS OCUPACIONAIS	ANOS DE REFERENCIA		
	1970	1977	VAR 70/77(%)
TOTAL	100,0	100,0	-
1. Proprietários, administradores e técnicos de nível superior e médio	13,7	13,9	1,46
2. Trabalhadores qualificados do comércio, transporte e comunicações	15,0	17,3	16,00
3. Trabalhadores da indústria de transformação e da construção civil	27,8	28,6	2,88
4. Trabalhadores não qualificados do comércio, transportes, prestação de serviços braçais	35,1	33,9	-3,42
5. Outras ocupações, ocupações não definidas e mal declaradas	8,4	6,3	-25,00

FONTE: MEDICI, A. C., "Trabalho e Rendimentos" in "Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil", UNICEF/IBGE, Rio de Janeiro, 1982

Mesmo assim, vale destacar o caráter dinâmico e integrador assumido pelo desenvolvimento econômico brasileiro nos últimos vinte anos, especialmente no que diz respeito à indústria. Sobre este ponto, FÁRIA, em artigo recente, comenta que:

"Quer em termos da literatura latino-americana, que examinou a questão das relações entre industrialização e emprego na periferia subdesenvolvida na década dos 60, quer em termos dos prognósticos resultantes das análises políticas do mesmo período, o que surpreende (...) é o dinamismo - em termos de criação de emprego - do setor secundário brasileiro, particularmente após 1960.

A explicação para esses resultados surpreendentes se deve, em grande medida, ao fato de que as análises prospectivas realizadas na década de 60 extrapolaram a experiência dos anos 50 e não levaram na devida consideração a possibilidade de que o novo surto expansivo far-se-ia com base em tecnologia mais avançada e, provavelmente, poupadora de mão de obra, mas isso incidiu apenas para os produtos e processos já existentes. Tais perdas, que certamente ocorreram, foram mais do que compensadas pela criação de empregos em setores antes inexistentes (...)" (45).

III.3 - O Processo de Urbanização e Estrutura Ocupacional em São Paulo

Durante os primeiros três séculos e meio transcorridos a partir do descobrimento, a frágil e incipiente rede urbana existente no Brasil era decorrente das relações coloniais com a metrópole, dadas pela centralidade administrativa de algumas cidades e pela extração e exportação de excedentes comerciais. A partir da segunda metade do século XIX, fatores como a aceleração do crescimento populacional e o início e expansão de algumas atividades industriais passaram a modificar a natureza e o caráter da rede urbana brasileira, passando a ser, em grande medida, endógenos os fatores indutores de seu crescimento. Mas foi a partir dos anos trinta, com o início efetivo do processo de industrialização, que passaram a ocorrer profundas modificações nos padrões de urbanização no Brasil; modificações essas que acabaram por definir, a partir dos anos sessenta, a consolidação da rede urbana brasileira e de um subsistema de regiões metropolitanas. Logicamente que tal processo ocorreu de forma bastante diferenciada ao nível regional.

Em trabalho já citado, o Instituto de Economia da UNICAMP (46) realizou uma análise do processo de urbanização de São Paulo a partir de uma análise histórica de suas principais características econômicas. De acordo com a metodologia utilizada, a análise do processo de urbanização em São Paulo é dividida em três etapas: a transição para a economia urbana

(década de 1920); a urbanização na industrialização restringida (1930-1955) e a urbanização a a partir da industrialização pesada (1956-1980).

Na primeira etapa, o processo de urbanização paulista encontra-se atrelado ao desenvolvimento do complexo cafeeiro. Foi a partir dele que se monta uma estrutura viária para escoamento e comercialização da produção de café.

"A rede urbana criada pelo e para o café assentou-se no desenho viário das ferrovias, onde se distribuíam núcleos urbanos que davam suporte, principalmente às necessidades de consumo dos colonos e dos pequenos produtores agrícolas e as necessidades de armazenamento, operação e transporte da produção cafeeira. Em resposta a estas demandas estruturou-se, principalmente nas Regiões de Campinas e Ribeirão Preto, uma rede urbana relativamente densa e ramificada, pontuada de centros urbanos maiores, que centralizavam o comércio, a prestação de serviços em relação a uma certa área, fazendo a mediação entre a capital e o interior do Estado" (47).

Embora sejam escassas as informações sobre estrutura ocupacional urbana neste período, presume-se que o crescimento das cidades fora da capital, no Vale do Paraíba, na Região de Campinas e na de Sorocaba já traziam, em si, o desenvolvimento de ocupações ligadas ao comércio e a armazenagem, aos transportes, ao reparo e manutenção e a indústria de processamento de alimentos, surgida com a diversificação da agricultura que se desenvolvia na esteira dos encadeamentos urbanos propiciados pelo café.

A segunda etapa se inicia com a crise da economia cafeeira nos anos trinta e é marcada pelo desenvolvimento de uma sociedade urbana, associada a um processo de industrialização restringida. Apesar da dinâmica do processo de acumulação repousar na indústria, a expansão dessa encontrava-se restringida "porque a fragilidade das bases técnicas e financeiras não permitiam que se implantasse, de uma só vez, um segmento de bens de produção capaz de assegurar a autodeterminação do processo de acumulação" (48)

Neste período, as principais forças propulsoras do processo de urbanização foram: a diversificação agrícola e a modernização das relações técnicas de produção no campo; a ampliação e diversificação da indústria com a atualização da base técnica dos setores tradicionais e a criação e estabelecimento de novos ramos industriais e o surgimento de um processo de metropolização da Capital de sólida base industrial ao lado de forte desenvolvimento das cidades do interior, a partir da

articulação agricultura-indústria.

Fortes mudanças na estrutura ocupacional ocorreram como decorrência desse processo. As ocupações ligadas a indústria e suas ramificações cresceram grandemente nos anos quarenta e cinquenta, sendo que o crescimento das ocupações no terciário também foi bastante expressivo, particularmente nos anos cinquenta. Regiões como a de Campinas já detinham, em 1960, cerca de 1/3 da PEA ocupada na indústria.

A terceira etapa, marcada em sua origem por uma ruptura com a fragilidade do padrão anterior de acumulação de capital, estabelece as bases materiais que passariam a determinar, endogenamente, a reprodução da acumulação de capital.

"As bases materiais da sociedade brasileira ganharam, nesse sentido, indisfarçáveis traços de modernidade. Sua expressão maior é a natureza urbano-industrial da nova sociedade, com uma complexidade que é sinônimo da diferenciação do trabalho social. Avançou o processo de urbanização, ao mesmo tempo em que se estabeleceram os traços essenciais desta nova estrutura social. As classes empresariais, os novos segmentos médios, o operariado da grande empresa são expressões dessa transformação" (49).

Os principais efeitos do processo de urbanização na estrutura ocupacional a partir da industrialização pesada refletem-se na grande diferenciação do trabalho nas ocupações secundárias e terciárias, propiciando o surgimento de uma complexa estrutura social onde se desenvolveu uma classe média de expressivo peso político. Ao mesmo tempo, as relações de produção e trabalho tendem a ficar mais massificadas, permitindo maiores possibilidades de padronização e permitindo o estabelecimento de regras formais ou informais, normas de conduta e regulamentações associadas a perfis ocupacionais, jornadas de trabalho, salários e toda uma gama de elementos ligados a disciplina da produção numa sociedade do trabalho. Diferentemente do período anterior, foi o setor terciário que apresentou maior crescimento relativo no conjunto do emprego neste período.

Variações na estrutura ocupacional de São Paulo, neste período podem ser visualizadas na tabela 3.

Observa-se que os grupos um e dois, que representam ocupações de maior qualificação, tiveram forte crescimento nestes sete anos. Ao se comparar estes dados com os relativos ao Brasil, constantes na tabela 2, verifica-se que, por este indicador, São Paulo sofreu uma qualificação de sua estrutura ocupacional superior a verificada para o Brasil, no mesmo período de referência.

TABELA 3
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS
EM OCUPAÇÕES URBANAS, SEGUNDO GRUPOS ESPECIAIS DE OCUPAÇÃO
SÃO PAULO: 1970-1977

(Em %)

GRUPOS OCUPACIONAIS	ANOS DE REFERENCIA		
	1970	1977	VAR 70/77
TOTAL	100,0	100,0	-
1. Proprietarios, administradores e tecnicos de nivel superior e medio	13,2	14,5	9,8
2. Trabalhadores qualificados do comercio dos transportes e das comunicacoes	15,3	18,5	20,9
3. Trabalhadores da industria de transformacao e da construcao civil	30,4	30,2	-0,7
4. Trabalhadores nao qualificados do comercio, transportes e prestacao de servicos braçais	31,5	29,6	-6,0
5. Outras ocupacoes, ocupacoes nao definidas ou mal declaradas	9,6	7,2	-25,0

FONTE: MEDICI, A. C., "Trabalho e Rendimento" in "Perfil Estatístico de Crianças e Mães", Ed. UNICEF/IBGE, Rio de Janeiro, 1982.

Também pode afirmar-se que a redução relativa de ocupações desqualificadas (grupo 4) foi maior em São Paulo do que no Brasil como um todo, no período 1970-1977. Vale observar, ainda, que apesar da estabilidade da magnitude relativa das ocupações ligadas ao secundário observada na tabela 3, o nível do produto industrial não cessou de crescer naquele período.

Os três enfoques relativos a urbanização e estrutura ocupacional abordados nesta seção mostram que as análises relacionadas ao tema devem levar em conta aspectos particulares da constituição histórica das cidades em cada situação específica.

IV - ALTERNATIVAS METODOLOGICAS

Diante do exposto, uma metodologia que relacione processos de urbanização - mais especificamente estruturas urbanas a partir de cidades de uma dada região - com perfis ou estruturas ocupacionais deve levar em conta determinados procedimentos, cabendo destacar

1. Critérios para Escolha de Cidades Segundo o seu Tamanho

No caso do Brasil, dever-se-ia partir dos municípios cuja área urbana detém mais de cinquenta mil habitantes. Municípios menores teriam, em grande parte, sua estrutura ocupacional determinada por atividades agropecuárias ou extrativas (como ocorre com as áreas de mineração de ouro na Região Norte do país). Em trabalho elaborado em final dos anos setenta, ANDRADE e LODDER definiram cidades médias como todas aquelas que detinham população entre 50 e 250 mil habitantes. Desta forma, as cidades com menos de 50 mil habitantes seriam consideradas de pequeno porte. Na concepção dos autores, portanto, serviriam apenas de "ponte entre o campo e o meio urbano desenvolvido" (50).

Na classificação desenvolvida por ANDRADE e LODDER, das 3850 cidades existentes no Brasil em 1970, cerca de 97,4% tinham menos de 50 mil habitantes. Estas no entanto, absorviam apenas 36,8% da população. As cidades médias (50 mil a 250 mil habitantes) representavam naquele ano 2,2% dos centros urbanos, absorvendo cerca de 15,6% da população. As cidades grandes e as metrópoles representavam somente 0,4% do total de cidades, mas respondiam por 47,6% da população urbana do país.

Os autores verificaram, também, que entre 1960 e 1970, as cidades de maior porte (250 mil a 2.000 de habitantes) foram as que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional (cerca de 7,5% ao ano), seguindo-se as cidades médias e as metrópoles (5,2% e 5,3% ao ano) e, por fim, as cidades pequenas (3,5% ao ano). Isto mostra o sentido e a velocidade do processo de urbanização no Brasil, que ocorre em direção às cidades de grande e médio porte. No entanto, já nos anos oitenta esse processo se inverte, delimitando um crescimento urbano novamente comandado pelas grandes metrópoles, reduzindo-se o espaço de aumento das grandes cidades.

Como grande parte das informações desagregadas disponíveis, no que diz respeito às variáveis relevantes para os estudos sobre processo de urbanização, referem-se aos Censos Demográficos de 1970 e 1980, sugere-se que sejam consideradas todas as cidades cuja área urbana tivesse população superior a 50.000 habitantes no Censo Demográfico de 1980.

2. Tratamento Especial para Certas Classes de Municípios

Alguns municípios, em função de suas características funcionais, deveriam merecer tratamento especial. É o caso dos municípios das capitais estaduais, dos contidos nas Regiões Metropolitanas e de alguns municípios que funcionem como centros regionais de maior importância.

As capitais estaduais, por serem centros administrativos, tendem a concentrar uma proporção maior de ocupados em atividades ligadas a administração pública, ou em atividades indiretas do comércio e dos serviços que dependem do setor público. O caso extremo seria Brasília que, ao ser uma cidade construída artificialmente e centro administrativo do país, concentra uma proporção excessiva de funcionários públicos em relação às capitais estaduais.

Em certo sentido, alguns municípios pertencentes às Regiões Metropolitanas também merecem tratamento especial, dado que as metrópoles imprimem uma divisão regional do trabalho no espaço metropolitano, de forma a criar cidades altamente especializadas em determinados setores da produção, mas que não subsistem sem a complementariedade produtiva dos demais setores existentes em outras cidades da conurbação. Mas isto, por si só, não garante uma grande especialização das estruturas ocupacionais das cidades pertencentes a um dado espaço metropolitano, dado que, uma das características destas Regiões é a mobilidade ocupacional permitida pela contiguidade do espaço urbano entre várias cidades.

A tabela 4 mostra a distribuição ocupacional da população das Regiões Metropolitanas, em três grupos distintos:

Grupo A - Rio de Janeiro e São Paulo

Grupo B - Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre

Grupo C - Belém, Fortaleza e Salvador

Verifica-se que não existem grandes diferenças entre as

metrópoles do grupo A e B. No entanto, o grupo C caracteriza-se por ter um maior peso nas ocupações ligadas ao Comércio e aos Serviços e um menor peso nas ocupações e da indústria de transformação e construção civil. Porém, esta agregação apresenta fortes limitações, na medida em que mistura Regiões Metropolitanas com grandes distinções no que diz respeito aos processos de urbanização e constituição histórica de cada uma dessas metrópoles. Melhor seria, obviamente, a análise individual de cada uma delas para identificar diferenças mais relevantes. Outra limitação diz respeito a própria classificação de grupos ocupacionais utilizada, a qual, ao agrupar as ocupações segundo setores de atividade, na maioria dos casos, limita a observação de diferenças ocupacionais internas a cada setor, as quais são relevantes na identificação do perfil ocupacional existente e da capacidade de integração econômica associada ao processo de urbanização.

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL DA POPULAÇÃO
NAS REGIÕES METROPOLITANAS SEGUNDO GRUPOS DISTINTOS
BRASIL - 1976

OCUPACAO	(EM %)		
	GRUPOS DISTINTOS DE RM'S		
	GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C
TOTAL	100,0	100,0	100,0
Técnicas, científicas e Afins;	10,1	11,0	10,0
Administrativas;	21,8	21,0	20,8
Agropecuária;	1,2	4,0	4,4
Prod. Extrativa Mineral;	0,1	0,3	0,1
Ind. de transf. e const. civil;	27,6	27,4	21,8
Comercio e ativ. aux.	8,0	7,5	9,0
Transportes e Comunic.	5,8	5,5	5,7
Prest. de Serviços	10,3	10,7	14,4
Defesa Nacional e Seg. Pública	2,4	2,7	2,5
Outras Ocup., ocup mal definidas ou não decl.	12,9	10,0	11,9

FONTE: IBGE, PNAD 1976 in SIMOES, C.C.S., VIANNA, M.C.S., e

OLIVEIRA, Z.L.C., "Características Demográficas e Sócio-Econômicas da População nas Regiões Metropolitanas, in Revista Brasileira de Geografia, No. 165, Ano XLII, jan/mar de 1981, Ed. IBGE, Rio de Janeiro, 55-71.

A discriminação dessas cidades especiais não deve, no entanto, deixar de permitir uma análise conjunta delas no processo de urbanização e no desenho da estrutura ocupacional mais geral do país, principalmente quando são analisados distintos contextos regionais. Regiões como Sudeste, Sul e Centro-Oeste tem verdadeiros sistemas de cidades interligados por malhas rodoviárias e ferroviárias, onde muitas capitais estaduais, como Campo Grande (MS) por exemplo, são contínuas em relação a malha urbana paulista que se expande ao longo da via Anhanguera. O mesmo vale para cidades mineiras como Uberlândia, que hoje representam mais um dos nós dessa malha.

No Nordeste, no entanto, dificilmente se projetam centros de grande e médio porte fora das capitais estaduais. Nesses Estados prevalece um sistema urbano onde as capitais assumem o papel de localidade central, ou seja, centros nervosos onde gravitam pequenas cidades, que nada mais são do que pontos intermediários entre atividades rurais e o sistema administrativo, econômico e financeiro das capitais.

3. Cruzamento dos dados sobre ocupação com uma matriz de variáveis.

O primeiro cruzamento a ser feito - o mais clássico - é com a variável setor de atividade. Quase todas as classificações não escapam em utilizar o setor de atividade como critério para a criação de grupos ocupacionais. Mas logicamente que isto não se aplica a todo e qualquer grupo.

A classe dos administradores, gerentes e chefes por exemplo, pode ser encontrada em todos os setores de atividade, com exceção daqueles onde por questões estruturais (serviços domésticos remunerados, por exemplo) esta classe é inexistente. Contrariamente, determinados grupos ocupacionais, como "médicos, dentistas e ocup. auxiliares", concentram quase todo o seu contingente no setor "Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários" sendo quase inexpressivo ou inexistente nos demais setores. No primeiro caso, temos uma ocupação totalmente indefinível pela atividade, enquanto no segundo, as ocupações nada mais são do que expressões objetivas da atividade econômica.

Uma outra variável importante na análise "cross-section" da estrutura ocupacional é "posição na ocupação, entendida como a forma de vínculo ou relação de trabalho mantida no desempenho de um determinado ofício. Os Censos Demográficos de 1970 e 1980, apesar de algumas diferenças (diferenciação entre

empregado público e particular em 1970 e entre trabalhadores volantes e demais empregados, em 1980), trabalham com quatro conceitos básicos de posição ocupacional, a saber: empregado, empregador, autônomo ou trabalhador por conta-própria e trabalhador não remunerado.

Existem, obviamente, grupos ocupacionais que são característicos de determinadas posições na ocupação. Quando se fala, por exemplo em proprietários, tem-se claro que esta categoria só se aplica a empregadores. Da mesma forma, o grupo "ocupações de defesa e segurança nacional" refere-se unicamente a empregados (preferencialmente públicos).

A variável sexo é, da mesma forma, importante na análise da estrutura ocupacional, na medida em que é possível identificar ocupações que são preponderantemente femininas ou masculinas.

TABELA 5
DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL DA POPULAÇÃO POR SEXO
REGIÕES METROPOLITANAS DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO - 1976
(Em %)

GRUPOS OCUPACIONAIS	SEXO	
	HOMENS	MULHERES
TOTAL	100,0	100,0
Técnicas, Científic. e afins	8,2	14,3
Administrativas	21,4	22,6
Agropecuarias	1,6	0,5
Prod. Extr. Min.	0,1	0,0
Ind. Transf. e Construção Civil	32,1	17,4
Comercio e Atividades Auxiliares	8,5	6,8
Transp. e Comunic.	7,9	1,2
Prest. de Serviços	2,0	28,9
Defesa Nacional e Seg. Pública	3,4	0,0
Outras ocup. e ocup. mal definidas	14,8	8,4

FONTES: VER TABELA 4.

Pela tabela 5, observa-se que nas ocupações técnicas, científicas e afins e da prestação de serviços o peso relativo das mulheres é maior (fundamentalmente pelo peso do serviço doméstico remunerado). Em contra-partida a indústria de transformação e a construção civil, os transportes e comunicações e defesa nacional e segurança pública aparecem como preponderantemente masculinas.

Outro cruzamento importante refere-se as condições de inserção no mercado de trabalho regulamentado pelo Governo. Para tal, a análise de duas variáveis torna-se imprescindível: a posse ou não de carteira de trabalho assinada (no caso dos empregados) e a contribuição a Instituto de Previdência Social (no caso genérico).

Vale mencionar, todavia, que muitas outras variáveis são importantes, tais como escolaridade, renda, horas trabalhadas, condição migratória, etc. De qualquer forma, a melhor forma de trabalhar com estas variáveis na construção de tipologias ocupacionais, consiste em individualizar grupos ocupacionais, buscando particularidades de cada um quanto ao comportamento provável ou esperado destas variáveis. Este trabalho contém um apêndice que tenta fazer tal exercício para a classificação construída pelo grupo de estudos de urbanização da UNICAMP.

4. Identificação de Relações ou Indicadores Chave

Partindo de uma estratificação ocupacional mais ampla, tal como a definida pelo Grupo de Estudos de Urbanização do Instituto de Economia da UNICAMP (51), podem ser pensados distintos indicadores a partir do relacionamento de classes representativas de ocupação.

A construção destes indicadores, no entanto, é incompleta, quando não se leva em conta que processos alternativos de urbanização podem dar origem a distintas estruturas ocupacionais a eles referenciadas. Wilmar Faria, por exemplo, afirma existirem padrões de funcionalidade entre a população ocupada no comércio e a alocada na soma dos setores transporte, comércio e armazenagem. A partir de um determinado padrão (que deve ser pesquisado), quanto maior esta relação, maior a existência de relações de trabalho informais no setor comércio, dado que o comércio informal não se relaciona, como se fosse uma rede, aos setores de transporte e armazenagem.

Portanto, o crescimento dessa relação poderia indicar uma elevação desfuncional da população ocupada no comércio.

Como foi visto, uma das mudanças ocorridas na estrutura ocupacional americana foi o paulatino desaparecimento de empregados domésticos com o processo de modernização da estrutura ocupacional. Logicamente que empregos como estes tem seu crescimento atrelado a magnitude e a renda das camadas altas e médias da população, mas acredita-se que um processo de desenvolvimento, associado a melhoria dos níveis de instrução e capacitação profissional da população, e a criação de novos empregos mais qualificados, permitiria uma forte e acelerada redução do número de empregados domésticos, substituídos por ocupações de status ocupacional mais elevado.

No caso da classificação ocupacional proposta pelo IE/UNICAMP, poder-se-ia criar uma "proxy" dos setores de classe média e alta, que seria composta pela soma dos grupos "proprietários, administradores, gerentes e chefes, engenheiros, arquitetos e ocupações auxiliares, professores primários, secundários e superiores, economistas, contadores e ocupações auxiliares, médicos, dentistas e ocupações auxiliares e ocupações técnicas, científicas e auxiliares". Este conjunto de profissionais é, no entanto, imperfeito, na medida em que deixa de considerar expressivos segmentos das camadas médias como os militares, que estão dispersos no grupo "ocupações da defesa e segurança nacional". Mas a relação entre o número de empregadas domésticas e estes segmentos seria, em si, um indicador importante. Sua redução poderia oferecer indícios de uma maior qualificação da estrutura ocupacional.

O aumento da participação de administradores, gerentes e chefes também pode ser entendido como um sinal de modernização da estrutura ocupacional, na medida em que uma maior organização capitalista da produção determina a existência de relações hierárquicas mais definidas, especialmente no que diz respeito as funções de caráter administrativo.

A magnitude das ocupações terciárias atrasadas no conjunto da PEA, como faz RODRIGUES (52), também pode indicar o perfil de dinamismo da estrutura ocupacional de uma determinada cidade. Este autor define como atrasadas as ocupações do terciário compostas por vendedores ambulantes, vendedores de jornais e revistas e outras ocupações ou ocupações mal definidas do comércio, os serviços domésticos, os serviços de higiene pessoal, as outras ocupações e ocupações mal definidas do terciário. Quanto menor a participação deste grupo na estrutura ocupacional, maior o dinamismo desta estrutura.

Deve-se ter cuidado, no entanto, com o estabelecimento de falsas determinações causais, como por exemplo, o fato de que um aumento das ocupações ligadas a indústria é sinal de modernização da estrutura ocupacional. Isto só é válido em determinados contextos onde a indústria cresce em extensão e sem modernização tecnológica. A aparente "desindustrialização" dos

países desenvolvidos, entendida por muitos como fenômeno ligado a emergência de uma sociedade "pós-industrial", nada mais é do que uma redução relativa do emprego industrial, apesar do constante crescimento do produto e, conseqüentemente da produtividade industrial e assim responde, portanto, a uma lógica de modernização.

Isto mostra que o estabelecimento de tais relações, mesmo quando feito de forma relativamente intuitiva, tem que ser feito no contexto histórico de cada realidade social.

5. Estratificação das Cidades segundo Indicadores ou variáveis Selecionados

A partir do estabelecimento e do estudo dessas relações ou indicadores, propõe-se que sejam determinados pesos que possam aferir a importância dos mesmos na identificação de perfis dinâmicos, estacionários ou atrasados em termos de estrutura ocupacional. Para tal, poderiam ser utilizadas técnicas de análise de conglomerados que buscassem correlacionar a estrutura ocupacional obtida com outras variáveis que determinem um dado sentido de desenvolvimento ao processo de urbanização.

Logicamente que nesse processo o tamanho relativo das cidades é importante na determinação dos critérios de estratificação. Pode-se aventar a hipótese, por exemplo, que certas cidades, a partir de determinadas situações quando se tornam demasiadamente grandes, passam, através de processos migratórios, a deter uma estrutura ocupacional "suja", marcada pelo aumento da participação de ocupações de baixa qualificação na estrutura do mercado de trabalho. Tal situação ocorre nas grandes metrópoles nos períodos recessivos quando, mesmo com a continuidade das migrações, reduz-se a possibilidade de geração de empregos dinâmicos.

6. Considerações Adicionais

Além desses procedimentos, deve-se ter o cuidado de não deixar de levar em consideração:

a) - a constituição histórica dos processos econômicos que levaram os municípios a sediar determinadas atividades econômicas e ocupações. Para tal, as relações entre estes municípios e sua vizinhança são de extrema importância;

b) - no caso do Brasil, cada Estado ou Região apresenta padrões diferenciados de urbanização que devem servir como pano de fundo macro-estrutural para as análises dos perfis

ocupacionais urbanos dos conjuntos de cidades a serem analisados.

Por fim, deve-se levar em conta que o conceito de "ocupação dinâmica", independentemente dos atributos pessoais internos (qualificação, escolaridade, responsabilidade, etc.) tem como base um atributo externo, que é dado pela produtividade. Relações de produtividade são de difícil aferição a partir de estatísticas domiciliares. Para obter indícios de produtividade, ter-se-ia que levar em consideração o produto médio por ocupado, o que é mais apropriado quando se utiliza estatísticas por estabelecimento, como pesquisas industriais, agropecuárias, etc.

Uma análise das ocupações "tradicionais" e "dinâmicas", no Brasil elaborada por RODRIGUEZ (53), a partir deste enfoque, mostra que as ocupações dinâmicas do secundário na década de setenta cresceram a uma taxa média de 9,3% ao ano, enquanto que as tradicionais tiveram um crescimento de 6,8%. O mesmo ocorreu com o terciário, onde o emprego cresceu a 6,8% e o subemprego a 2,2%, no mesmo período.

NOTAS

- (1) - No Brasil são muito frequentes os estudos sobre trabalhadores rurais, "bóias-frias", parceiros, meeiros, arrendatários e outras classes de trabalhadores agrícolas. Alguns ensaios especiais sobre determinados ramos do secundário também permitem estudar classes especiais de ocupação. Mais recentemente, as preocupações relacionadas ao estudo do trabalho feminino tem permitido analisar mais detalhadamente algumas categorias como empregados domésticos, por exemplo.
- (2) - LEWIS, W.A., "El Desarrollo Economico con Oferta Ilimitada de Trabajo" in A.N. Agarwala e S.P. Singh, "La Economia del Subdesarrollo", Ed. Tecnos, Madrid, 1963.
- (3) - Ver sobre este ponto os trabalhos de SILVA, Nelson do Valle, "Posição Social das Ocupações", IBGE, 1973, mimeo., e "Atualização da Escala Sócio-Econômica de Ocupações para 1980", LNCC/CNPq, 1985, mimeo.
- (4) - A RAIS é administrada por um consórcio onde participam oito instituições públicas do Governo Federal, a saber: SERPRO, DATAPREV, IBGE, BNDE's, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, IPEA e Ministério do Trabalho, sendo que este último tem sido o único a divulgar sistematicamente informações sobre estrutura do mercado de trabalho no Brasil a partir da RAIS.
- (5) - Ver MEDICI, A. C., "Comparação dos conceitos e características referentes à população economicamente ativa investigadas ao longo dos Censos Demográficos.
- (6) - O Inter-American Statistical Institute (IASI); órgão ligado as Nações Unidas, formulou, durante muito tempo, um programa de quesitos mínimos para os Censos Demográficos das Américas.
- (7) - Ver "Pesquisa: URBANIZAÇÃO E ESTRUTURA OCUPACIONAL: 1970-1980 - Estudo para elaboração de uma tipologia: uma versão integral do texto enviado no 2o. Relatório Parcial em abril de 1980", FECAMP, mimeo., Campinas, 1988.
- (8) - CASTELLS, M. "La Cuestión Urbana", Siglo Veintiuno Editores, 5a. ed., México, 1978, 524p.
- (9) - Idem, ibidem, p. xvi.
- (10) - Idem, ibidem, p. 71.
- (11) - HARVEY, D., "A Justiça Social e a Cidade", Ed. HUCITEC, São Paulo, 1980, 294p.
- (12) - POLANYI, K., "Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi", Ed. G. Dalton, Boston, 1968.
- (13) - HARVEY, D., Op. cit., p.179.

- (14) - Idem, ibidem, p.204.
- (15) - LOJKINE, J., "Le Marxisme, l'Etat et la Question Urbaine", Presses Universitaires de France, Paris, 1977. Neste ensaio o autor critica a visão de Castells sobre o urbano enquanto unidade econômica e defende uma nova concepção de urbano que surge com o desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- (16) - BOOKCHIN, M., "Los Limites de la Ciudad", H. Blume Ed., Madrid, 1978.
- (17) - FAISSOL, S., "Teorização e Quantificação na Geografia" in "Tendências Atuais na Geografia Urbano/Regional", Ed. IBGE, Rio de Janeiro, 1978, p.3.
- (18) - Idem, ibidem, p.29.
- (19) - Para uma descrição metodológica do uso da análise fatorial em geografia ver MENEZES, A.C.F., FAISSOL, S. e FERREIRA, M.L., "Análise da Matriz Geográfica: Estruturas e Inter-relações" in "Tendências Atuais...", op.cit., pp.67-109.
- (20) - ABREU, M.A., e VETTER, D., "A Análise de Relações Entre Conjuntos de Variáveis na Matriz Geográfica: Correlação Canônica" in "Tendências Atuais...", op.cit., pp 133-144.
- (21) - Ver, por exemplo, HAWORTH, C.T. et alii., "Income Distribution, City Size and Urban Growth" in Urban Studies v.15, 1978.
- (22) - Ver TODARO, M., "A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries" in American Economic Review, vol 44 (1969); "Internal Migration in Developing Countries", Genebra, ILO, 1976; e TODARO, M. e HARRIS, P. "Migration, Unemployment and Development: a Two Sector Analysis", in American Economic Review, v.45, (1970).
- (23) - GAUDEMAR, J.P., "Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital"
- (24) - COSTA, M.A., "Urbanização e Migração Urbana no Brasil", Ed. IPEA, série monográfica No.21, Rio de Janeiro, 1975.
- (25) - MARTINE, G. e PELIANO, J.C.P., "Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano", Ed. IPEA, série estudos para o planejamento No. 19, Brasília, 1978.
- (26) - SILVA, N.V., op.cit.
- (27) - MARTINE, G. e PELIANO, J.C.P., op.cit., p.48/49.
- (28) - Idem, ibidem, p.50. Segundo os autores, a participação feminina nos empregos domésticos segundo a idade, apresenta a forma de um J invertido, sendo maior nas idades mais jovens (10 a

- 19 anos), reduzindo-se nos grupos intermediários (20 a 39 anos) e voltando a crescer nas idades mais avançadas (mais de 40 anos).
- (29)- No caso de FARIA, V.E., ver "Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: a Experiência Brasileira dos Últimos Trinta Anos" in SORJ, B. e ALMEIDA, M.H.T., "Sociedade e Política no Brasil pós-64", Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983, pp.118-163. Ver também "Mudanças na Composição do Emprego e na Estrutura das Ocupações" in BACHA, E.L. e KLEIN, H.S., "A Transição Incompleta", Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986 v.1, pp.75-112.
- (30)- FARIA, V.E., "Divisão Social do Trabalho, Especialização e Crescimento Urbano: O Caso da Megametropole Paulista" in Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 1980, pp.745-773. Ver também "O Processo de Urbanização no Brasil: Algumas Notas para seu Estudo e Interpretação" in Anais do I Encontro Nacional de Estudos de População, ABEP, 1978.
- (31)- GILLEN, P.B., "The Distribution of Occupations as a City Yardstick", Ed. Kings Crown Press, New York, 1951.
- (32)- GIST, N.P. e HALBERT, L.A., "A Cidade e o Homem: A Sociedade Urbana", Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1959.
- (33)- Idem, ibidem, p.442.
- (34)- Ver CARDOSO, F.H. e FALLETO, E., "Dependência e Desenvolvimento na América Latina - Ensaio de Interpretação Sociológica", Ed. Zahar, 4a.ed., Rio de Janeiro, 1977.
- (35)- QUIJANO, A., "Dependência, Mudança Social e Urbanização na América Latina" in ALMEIDA, F.L. (ORG.), "A Questão Urbana na América Latina", Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1978.
- (36)- Idem, ibidem, p.31
- (37)- Idem, ibidem, p.49/50.
- (38)- KOWARICK, L., "Capitalismo e Marginalidade na América Latina", Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 3a. ed., 1981, p.65.
- (39)- Idem, ibidem, p.78.
- (40)- HOSELITZ, B.F., "Generative and Parasitic Cities", Economic Development and Cultural Change, No.3, pp.278-294, abril de 1955.
- (41)- NEGRI, B., GOLÇALVES, M.F. e CANO, W., "O Processo de Interiorização do Desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo, in "A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)", Ed. Fundação SEADE, Coleção Economia Paulista, Volume 1, No.1, São Paulo, jan./1988, pp.1-106.
- (42)- Uma breve descrição do caso de São Paulo será feita mais a

frente.

- (43)- SALM, C. et alii., "O Mercado de Trabalho Brasileiro: Estrutura e Conjuntura", Ed. IEI/UFRJ e MINISTERIO DO TRABALHO, Brasília, abril de 1987.
- (44)- Ver CEPAL, "La Transformación Socio-Ocupacional del Brasil, 1960-1980, y la Crisis Social de los 80", Santiago, mimeo., 1986.
- (45)- FARIA, V.E., "Mudanças na Composição...", op.cit., p.105/106.
- (46)- NEGRI, B. et. alii., op.cit. ...
- (47)- Idem, ibidem, p.12.
- (48)- Idem, ibidem, p.29.
- (49)- Idem, ibidem, p.57.
- (50)- LODDER, C. e ANDRADE, T.A., "Sistema Urbano e Cidades Médias no Brasil", Ed. IPEA/INPES, Coleção Relatórios de Pesquisa No. 43, Rio de Janeiro, 1979, p.29.
- (51)- Ver nota (6).
- (52)- RODRIGUEZ, O., "Agricultura, Subempleo y Distribución del Ingreso (Informe de Investigación)", CEBRAP, SP, outubro de 1983, (mimeo).
- (53)- Idem, ibidem.

ANEXO 1

TIPOLOGIA DE OCUPACOES PROPOSTA PELO GRUPO DE ESTUDOS DE
URBANIZACAO DO IE/UNICAMP, COM BASE NOS CODIGOS OCUPACIONAIS DO
CENSO DEMOGRAFICO DE 1980

A tipologia de ocupações do Grupo de Estudos de Urbanização do IE/UNICAMP que será apresentada em seguida, estava ainda em estágio preliminar de estudos e de teste, quando da ocasião da elaboração deste artigo. O próprio trabalho aqui apresentado serviu como um dos elementos para sua redefinição.

CODIGO	GRUPOS/SUBGRUPOS OCUPACIONAIS	CODIGOS DO CENSO DEMOGRAFICO DE 1980 (*)
01	Proprietarios	001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 601, 611, 801, 811.
02	Administradores, Gerentes e e Chefes	020, 021, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 052, 183.
03	Auxiliares de Escritorio, Secretarios e Datilografos	056, 059, 061, 062, 063, 064, 065, 192, 291, 292.
04	Outras ocupacoes burocraticas de escritorio	050, 051, 054, 056, 173, 193.
10	Engenheiros, Arquitetos e Ocupacoes Auxiliares	101, 102, 103, 104, 111, 112, 113.
11	Medicos, Dentistas e Ocupacoes Auxiliares	151, 152, 153, 161, 162, 163, 165, 166, 167.
12	Professores Primarios	215, 216, 217, 218, 219, 221, 222.
13	Professores Secundarios e Superiores	211, 212, 213, 214.
14	Economistas, Contadores, Ocupacoes Auxiliares	060, 161, 182, 192.
15	Ocupacoes Tecnicas, Cientificas e Auxiliares	121, 122, 123, 123, 125, 131, 132, 133, 141, 142, 143, 144, 168, 171, 172, 201, 203, 204, 205, 231, 232, 233, 241, 242, 243, 244, 251, 261, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283.

CONTINUA

CODIGO	GRUPOS/SUB-GRUPOS OCUPACIONAIS	CODIGOS DO CENSO DEMOGRAFICO DE 1980
20	Trabalhadores na Agropecuaria	301, 302, 303, 304.
31	Torneiros Mecanicos	422
32	Mecanicos de Veiculos	424
33	Mecanicos sem Especificacao	418, 423, 425.
34	Outras Ocupacoes da Industria Metal-Mecanica	411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 421, 426, 427, 428, 429, 430, 431.
35	Ocupacoes da Industria Textil	441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452.
36	Alfaiates e Costureiros	470, 471, 472, 473.
37	Outras Ocupacoes da Industria de Vestuario e Calçados	474, 475, 476, 477, 478, 479.
38	Marceneiros e Carpinteiros	481, 482 e 484.
39	Eletricistas e Radiotenicos	491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 776.
40	Pedreiros	512, 515.
41	Servente de Pedreiro	511, 513.
42	Ocupacoes da Industria de Construcao	404, 514, 516, 517, 520, 521.
43	Expedidores e Embaladores	584
44	Mestres e Contramestres da Industria de Transformacao	401, 402, 403, 405, 486.
45	Outras Ocupacoes da Industria de Transformacao	461, 482, 483, 485, 487, 488, 489, 490, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 561, 562, 563, 564, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 583, 589.

CONTINUA

CODIGO	GRUPOS/SUBGRUPOS OCUPACIONAIS	CODIGOS DO CENSO DEMOGRAFICO DE 1980
50	Vendedores de Jornais e Ambulantes	611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 621.
51	Lojistas e Caixas	053, 602, 603, 604, 605.
52	Outras Ocupacoes do Comercio de Mercadorias	631, 632, 633, 641, 642, 643, 646.
60	Motoristas	751
61	Outras ocupacoes dos Transportes e das Comunicacoes	057, 711, 712, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 731, 732, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 752, 753, 762, 771, 772, 773, 774, 775.
70	Garcons e Cozinheiras	813, 814, 815.
71	Empregadas Domesticas	805
72	Ocupacoes dos Servicos de Higiene Pessoal	821, 822, 823, 824, 825, 826.
73	Porteiros, Ascensoristas, Vigias e Serventes	841, 842, 843, 844, 845, 856, 859, 916.
80	Ocupacoes da Defesa e Seguranca Nacional	851, 852, 853, 854, 855, 857, 858, 859.
90	Operadores de Maquinas (exceto Construcao Civil)	351, 582, 923.
91	Trabalhadores Bracais sem Especificacao	381, 812, 911, 924.
92	Outras Ocupacoes	055, 154, 164, 202, 272, 293, 321, 322, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 341, 345, 361, 371, 391, 420, 486, 518, 543, 544, 545, 571, 585, 586, 587, 588, 644, 761, 831, 832, 833, 834, 912, 913, 914, 915, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 925, 926.
98	Sem Declaracao	000, 927.

(*) - IBGE, "Censo Demográfico de 1980: Código Complementar".

ANEXO II

UMA ANÁLISE CONJUNTA DE VARIÁVEIS E GRUPOS OCUPACIONAIS, TENDO EM VISTA A BASE DE DADOS DISPONÍVEL NAS FITAS MAGNÉTICAS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1970 E 1980 (SUGESTÕES)

INTRODUÇÃO

O objetivo deste anexo é esmiuçar as possibilidades de análise das variáveis disponíveis nas bases de dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980, tendo em vista correlacioná-las com cada grupo ocupacional constante na tipologia construída pelo Grupo de Estudos de Urbanização do IE/UNICAMP.

Em trabalho intitulado "Urbanização e Estrutura Ocupacional: 1970-1980 - Estudo para Elaboração de uma Tipologia", o referido grupo construiu uma categorização de ocupações a partir de dados dos referidos Censos Demográficos, composta de 40 grupos ocupacionais, a saber:

QUADRO I
TIPOLOGIA OCUPACIONAL PROPOSTA PELO IE/UNICAMP
TENDO EM VISTA OS DADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1970 E 1980

CODIGO	OCUPAÇÃO
01	Proprietários
02	Administradores, Gerentes e Chefes
03	Auxiliares de Escritório, Secretários e Datilógrafos
04	Outras ocupações burocráticas e de escritório
10	Engenheiros, Arquitetos e Ocupações Auxiliares
11	Médicos, Dentistas e Ocupações Auxiliares
12	Professores Primários
13	Professores Secundários e Superiores
14	Economistas, Contadores e Ocupações Auxiliares
15	Ocupações técnicas, científicas e auxiliares
20	Trabalhadores da Agropecuária
31	Torneiros Mecânicos
32	Mecânicos de Veículos
33	Mecânicos sem especificação
34	Outras ocupações da indústria metal-mecânica
35	Ocupações da Indústria Têxtil
36	Alfaiates e Costureiros
37	Outras Ocupações da Indústria de Vestuário e Calçados
38	Marceneiros e Carpinteiros
39	Eletricistas e Radiotécnicos
40	Pedreiros
41	Servente de Pedreiro
42	Ocupações da Indústria de Construção
43	Expedidores e Embaladores
44	Mestres e Contra-mestres da Indústria de Transformação
45	Outras Ocupações da Indústria de Transformação
50	Vendedores de Jornais Ambulantes
51	Lojistas e Caixas
52	Outras Ocupações do Comércio de Mercadorias

QUADRO I
TIPOLOGIA OCUPACIONAL PROPOSTA PELO IE/UNICAMP
TENDO EM VISTA DOS DADOS DOS CENSOS DEMOGRAFICOS DE 1970 E 1980
(continuação)

CODIGO	OCUPAÇÃO
60	Motoristas
61	Outras Ocupações dos Transportes e Comunicações
70	Garçons e Cozinheiras
71	Empregadas Domésticas
72	Ocupações nos Serviços de Higiene Pessoal
73	Porteiros, Ascensoristas, Vigias e Serventes
80	Ocupações da Defesa e Segurança Nacional
90	Operadores de Máquinas (exceto de construção civil)
91	Trabalhadores Braçais sem Especificação
92	Outras Ocupações n.p.c.
98	Sem Declaração

Passar-se-a, em seguida a fazer uma análise específica das variáveis pertinentes de serem observadas para cada grupo e, ao final, serão feitos comentários gerais sobre a classificação proposta.

Cabe esclarecer, no entanto, que esta classificação foi construída tendo em vista critérios que consideraram a ocupação em si mesma, o setor de atividade e a posição na ocupação. Assim, alguns grupos são menos homogêneos do que outros e merecem uma investigação mais cuidadosa. Cabe esclarecer, ainda, que o Grupo de Estudos de Urbanização do IE/UNICAMP compatibilizou os códigos ocupacionais utilizados nos Censos Demográficos de 1970 e 1980. Faremos algumas considerações, portanto, apenas sobre os códigos utilizados em 1980.

ANALISE DOS GRUPOS

Grupo 01 - Proprietários

Este grupo engloba uma imensa gama de empregadores na agricultura, indústria, comércio e serviços, embora englobe um grande número de trabalhadores por conta-própria em algumas destas atividades (no comércio estabelecido, ou seja, excluindo os ambulantes, nas feiras livres, nos serviços, no setor hoteleiro, etc.). Mesmo assim, este grupo contém uma imensa gama de situações; desde pessoas que se encontram trabalhando de forma

precária até grandes capitalistas e donos de negócios. Sabe-se, por outro lado, que uma boa parte dos empregadores só se encontra nessa condição durante algumas partes do ano. Nas demais, encontra-se como "trabalhador por conta própria".

Dada esta heterogeneidade, sugere-se que este grupo seja investigado segundo a variável "rendimento da ocupação principal", tendo em vista uma maior estratificação. Poder-se-ia escolher 3 classes de renda que permitissem um melhor enquadramento desse grupo.

Analisando-se os o grupo dos proprietários no Estado de São Paulo em 1980, segundo o setor de atividade, observa-se que cerca de 50% destes encontram-se no setor "comércio de mercadorias", caracterizado por forte presença de trabalhadores por conta-própria estabelecidos e grande heterogeneidade de situações. A grande participação deste grupo no total dos ocupados naquele ano (cerca de 6%), mostra são dentre estes, aqueles proprietários de negócios de alta magnitude e densidade de capital.

Grupo 02 - Administradores, Gerentes e Chefes

Este grupo é caracterizado por ocupações que, seja no setor público ou no setor privado, detêm alto peso na hierarquia de qualquer atividade. E, portanto, um grupo que, seja no primeiro, segundo ou terceiro escalão dos negócios públicos ou privados, detêm poder de comando no processo de trabalho. Dadas estas características, não há, a primeira vista, necessidade de cruzamentos adicionais para melhor caracterizar este grupo.

A classificação proposta, no entanto, apresenta um equívoco quanto aos sub-grupos pertencentes a este grupo, marcado pela inclusão dos códigos 052 e 183.

O sub-grupo 052 (Agente administrativo, assistente administrativo, assistente de administração, assistente no serviço público, oficial administrativo, oficial de administração, oficial judiciário e oficial legislativo), é composto por ocupações de nível médio, que, em geral, não detêm peso ou poder de mando nas hierarquias internas das organizações públicas ou privadas. Sugere-se, nesse caso, uma reclassificação desse sub-grupo para o grupo 04 - Outras Ocupações Burocráticas e de Escritório - que detêm maior similaridade com a natureza ocupacional do código 052.

Quanto ao sub-grupo 183 (Analista de O&M, Técnico de Administração, Técnico de Administração Postal, Técnico de Organização, Técnico de Previdência, Técnico de Seleção de

Pessoal), vale dizer que é composto de ocupações técnicas de nível superior, ligadas indiretamente a administração e organização dos negócios, embora não necessariamente exercidas por gerentes. Sugere-se que este sub-grupo seja reclassificado para o grupo 14 - Economistas, Contadores e Ocupações Auxiliares - que detêm funções mais similares.

Com relação ao grupo 02 vale algumas observações adicionais para o Estado de São Paulo: em primeiro lugar, em 1980, era quantitativamente inferior ao grupo de proprietários, o que confirma algumas hipóteses aventadas anteriormente para o grupo 1. Em segundo lugar, que a maioria destes concentrava-se no setor de atividade "indústria de transformação" (39%), que detêm atividades de maior complexidade e densidade de capital.

Grupo 03 - Auxiliares de Escritório, Secretários e Datilógrafos

As ocupações contidas neste grupo, apesar de poucas excessões, caracterizam-se em geral pela baixa qualificação, no conjunto geral das ocupações de escritório. Portanto, o nome do grupo poderia ser mudado para "Ocupações de Escritório de Menor Qualificação", ou ainda, "ocupações de escritório de natureza geral", caso a idéia de menor qualificação não seja totalmente convincente. Neste último caso, vale ressaltar que auxiliares, datilógrafos e secretários podem estar presentes em qualquer tipo de instituição burocrática e, no interior das burocracias, em qualquer etapa do processo de trabalho (serviços de pessoal, de material, de vendas e publicidade, de O&M, etc.), enquanto que as ocupações contidas no grupo 4 caracterizam-se por atividades mais específicas a um determinado segmento da divisão técnica do trabalho no interior de um escritório.

A Densidade de absorção desse grupo por setor de atividade, varia segundo a natureza econômica de cada processo de urbanização. No caso do Estado de São Paulo, em 1980, os dois setores de atividade que mais absorviam ocupações desse grupo eram "indústria de transformação" e "Crédito, Seguro e Capitalização", que em conjunto absorviam 37% dos inseridos no grupo.

Vale mencionar, no entanto, que os sub-grupos 192 (Agente de Coleta, Agente de Estatística, etc.); 281 (Bibliotecário, Biblioteconomista, Documentalista, etc.) e 292 (Arquivologista, conservador de museus, museólogo, etc.) não deveriam estar contidos neste grupo, mas sim no grupo 15 - Ocupações Técnicas, Científicas e Auxiliares). No primeiro caso, porque as atividades de coleta estatística ligam-se mais a instituições públicas ou privadas de pesquisa (IBGE, SEADE, IBOPE, etc.) que exercem atividades de natureza técnica e não burocrática. No segundo e no terceiro casos, pelo fato das

ocupações apontadas serem de nível de escolaridade superior e em função, também, da natureza técnica de seus ofícios. Um documentalista ou um restaurador de livros e documentos prestam serviços totalmente distintos dos executados por um arquivista, por exemplo.

Grupo 04 - Outras Ocupações Burocráticas de Escritório

Dada a natureza deste grupo, composto em geral por ocupações de escritório de maior qualificação (apesar de serem de nível médio) ou de qualificação específica no interior do processo de trabalho das burocracias, sugerimos alterar o nome desse grupo para "Ocupações Burocráticas de maior qualificação", ou ainda, "Ocupações burocráticas de natureza específica", a exemplo do que foi feito no grupo 03.

Vale destacar, no entanto, que algumas modificações podem ser feitas, como a inclusão do subgrupo 052 (já explicada na análise do grupo 02) e do subgrupo 055 (que na classificação proposta está no grupo 92), sendo que neste caso todas as atividades são muito comuns nos serviços de administração de material dos escritórios.

Sugere-se, ainda a exclusão do subgrupo 058 e sua passagem para um grupo a parte, composto pelas categorias profissionais da área de informática e telecomunicações; pois embora muitos escritórios utilizem os serviços de informática - ocupações que constituem esse subgrupo - tais ocupações detêm outras funções e especificidades.

Grupo 10 - Engenheiros, Arquitetos e Ocupações Auxiliares

Sugere-se a subdivisão deste grupo em dois, de forma a enquadrar ocupações de nível superior (sub-grupos 101, 102, 103 e 104) e ocupações de nível médio (sub-grupos 111, 112 e 113). Outra sugestão consiste na inclusão do grupo 124 (Engenheiro de Minas, geólogo, etc.) neste grupo, a partir de sua retirada do Grupo 15 - Ocupações Técnicas, científicas e afins.

De acordo com os dados obtidos para São Paulo, em 1980, este grupo encontra-se concentrado, em dois grandes setores de atividade: "indústria de transformação" e "Serviços Técnico-Profissionais".

Para os profissionais de nível superior, seria importante investigar a posição na ocupação principal, tendo em vista separar aqueles que são trabalhadores por conta-própria

(no caso profissionais liberais) e empregadores dos que são "assalariados" ou empregados.

Grupo 11 - Médicos, Dentistas e Ocupações Auxiliares

Igualmente ao que foi proposto acima, sugere-se a subdivisão deste grupo de forma a enquadrar ocupações de nível superior (subgrupos 131, 151, 152, 153, 154, 161, 202 e 204) e de nível médio e elementar (subgrupos 132, 162, 163, 164, 165, 166, 167 e 168).

Sugere-se, também, a inclusão dos subgrupos 122 (farmacêuticos), 132 (práticos de farmácia e assemelhados), 154 (acupunturistas, nutricionistas, dietistas e outras profissões de nível superior da saúde), 164 (óptico, optometrista e assemelhados de nível médio), 168 (técnicos de laboratório de análises clínicas e assemelhados), 202 (psicólogos), 204 (assistentes sociais e assemelhados) e 917 (agentes de saúde pública, guardas sanitários, etc.

Sabe-se, por outro lado, que as atividades de apoio e diagnóstico, como exames laboratoriais, físicos, terapias alternativas, etc., devem pertencer, num sentido amplo, ao conjunto de atividades que compõe o setor saúde.

A quase totalidade dos integrantes deste grupo concentrava-se, em São Paulo (1980) no setor "Serviços Comunitários e Sociais".

Para os profissionais de nível superior, a exemplo do sugerido para o grupo 10, sugere-se investigar a posição na ocupação.

Grupo 12 - Professores Primários

Dada a grande homogeneidade do grupo, composto quase que integralmente por categorias de nível médio, não há necessidade de investigar outras variáveis. Além de se caracterizar como um grupo preponderantemente feminino, a quase totalidade desta categoria está contida nos setores de atividade "ensino público" e "ensino particular".

Grupo 13 - Professores Secundários e Superiores

A homogeneidade ocupacional da categoria dispensa maiores comentários, dado tratar-se de profissionais de ensino

com formação superior. Sugere-se, no entanto, incluir o subgrupo 834 (anteriormente alocado no grupo 92) que trata de professores de educação física.

Grupo 14 - Economistas, Contadores e Ocupações Auxiliares

Sugere-se que este grupo seja dividido segundo o nível de escolaridade da ocupação; ou seja superior (subgrupos 181, 182 e 183) e médio e elementar (subgrupos 60 e 191). Vale acrescentar nesta classe o sub-grupo 183 (anteriormente contido no grupo 2), dada a similaridade ocupacional. Cabe ressaltar ainda que a ocupação "técnico de administração", contida neste grupo mudou sua denominação oficial para "administrador", em 1986.

Para este grupo, especialmente para as categorias de nível superior, a análise segundo a posição na ocupação seria de grande valia para separar "liberais" e "assalariados".

Grupo 15 - Ocupações Técnicas, Científicas e Auxiliares

Este é um grupo ocupacional bastante complexo, dada a quantidade e diversidade das categorias ocupacionais que o compõe. Mas em geral, podem ser subdivididos em ocupações de nível superior, de nível médio e artísticas, que detêm natureza bastante distinta.

Mas antes de entrar em consideração quanto a estes grupos, valeria a pena fazer algumas sugestões de inclusão e exclusão, já justificadas anteriormente:

INCLUSÃO: subgrupos 192, 291 e 292 (excluídos do grupo 03), subgrupos 293 (excluído do grupo 92)

EXCLUSÃO: subgrupos 122, 132, 168, 204 (a serem incluídos no grupo 11) e subgrupo 124 (a ser incluído no grupo 10).

A análise dos dados relacionados a este grupo vem a demonstrar que sua distribuição, segundo os setores de atividade em São Paulo (1980) é bastante dispersa. Da mesma forma, pode-se dizer que este grupo caracteriza-se por uma grande diversidade de situações, o que talvez justifique a sua análise segundo variáveis como "posição na ocupação" e "renda".

Os subgrupos de nível superior a serem considerados são: 121, 123, 125, 141, 142, 143, 144, 171, 172, 201, 203, 205, 231, 233, 251, 251, 291, 292 e 293. Os subgrupos de nível médio são 131, 133, 192, 241, 242, 243, 244, 273, 274, 278, 280, 281,

282, 283. E os subgrupos que caracterizam ocupações de natureza artística são 271, 275, 276 e 277.

Grupo 20 - Trabalhadores da Agropecuária

Este grupo poderia ser ampliado para "Trabalhadores da Agropecuária, da Extração Vegetal e Animal", passando a englobar, para tal os subgrupos ocupacionais 321, 322, 331, 332, 333, 334, 335 e 336; todos ligados ao extrativismo vegetal e animal. Estes subgrupos encontram-se, na classificação do IE/UNICAMP, no Grupo 92 - "Outras ocupações n.p.c."

Uma análise mais detalhada deste grupo evidencia sua grande heterogeneidade no que diz respeito a escolaridade, renda e vínculos ocupacionais. Sugere-se assim que, para uma análise sobre processo de urbanização sejam investigados:

a) situação de domicílio (urbana ou rural; caso o dado seja relacionado somente a população urbana, desconsiderar o corte.)

b) posição na ocupação principal e se (em 1980) eram contribuintes da previdência social;

c) rendimento obtido na ocupação principal;

d) escolaridade alcançada.

Grupo 31 - Torneiros Mecânicos

Dada sua homogeneidade, não há comentários a fazer;

Grupo 32 - Mecânicos de veículos

Sugere-se transformar a denominação do grupo para "Ocupações ligadas ao reparo de veículos", e incorporar os subgrupos 430, 431 e 574, que estão relacionadas a esse tipo de trabalho.

Apesar de serem homogêneos quanto a definição da ocupação, os indivíduos que se encontram neste grupo podem diferir bastante quanto ao tipo de vínculo e inserção no mercado de trabalho (formal e informal, p. ex.). Para obter um melhor enquadramento quanto a esses pontos, sugere-se analisar segundo posição na ocupação e (para 1980) segundo a contribuição a

Previdência Social.

Grupo 33 - Mecânicos sem Especificação

Ajusta-se apenas aos subgrupos 423 e 425, dado que a ocupação 418 (ferramenteiros e assemelhados) é típica da indústria metal-mecânica. Sugerimos portanto, sua exclusão desse grupo e sua consequente inclusão no grupo 34.

Para os dois grupos restantes (423 e 425) sugere-se aplicar os controles de posição na ocupação e contribuição a previdência (em 1980), tal como sugerido para o grupo anterior.

Grupo 34 - Outras Ocupações da Indústria Metal-Mecânica

Sugere-se, antes de tudo, denominar o grupo por "Ocupações da Indústria Mecânica. Em termos gerais, deveria ser incorporado o subgrupo 420 - operadores de prensas de metais (e sua consequente exclusão do grupo 92), bem como a exclusão dos subgrupos 430 e 431, que são ocupações mais tradicionalmente encontradas nas oficinas de reparo de veículos automotores. Sugere-se que estes dois subgrupos sejam incorporados no grupo 32.

Ao mesmo tempo, pode-se dizer que este grupo é relativamente homogêneo quanto as formas de inserção no mercado de trabalho, não necessitando, portanto, de cruzamentos adicionais com outras variáveis.

Grupo 35 - Ocupações da Indústria Textil

Os subgrupos integrantes são bastante homogêneos quanto ao tipo e as formas de inserção no mercado de trabalho, sendo que a quase totalidade do grupo pode ser classificada como "assalariado". No entanto, dada a diversidade da própria indústria textil, caberia uma melhor análise do vínculo ocupacional, a partir da variável "contribuição à Previdência Social", pelo menos para 1980.

Grupo 36 - Alfaiates e Costureiros

Sugere-se que seja fundido com o grupo 37 - "Outras

Ocupações da Indústria de Vestuário e Calçados", passando a ter um outro nome: Grupo 36: Ocupações da Indústria de Vestuário e Calçados".

Dada a diversidade de vínculos ocupacionais existentes, sugere-se que este grupo seja analisado segundo a posição na ocupação e, para os dados de 1980, segundo a contribuição a Previdência Social. A quase totalidade dos ocupados neste grupo encontra-se na indústria de transformação ou nos serviços de confecção sob medida; sendo o restante residual. Sendo assim, poder-se-ia abrir, alternativamente, dois grupos relacionados a este novo grupo (composto pela soma do 36 e do 37): o primeiro, composto por aqueles que trabalham na indústria de transformação e o segundo composto por aqueles que se ocupam nos demais setores de atividade.

Grupo 38 - Marceneiros e Carpinteiros

Deveria ser ampliado, sendo seu nome reestruturado para "Ocupações Ligadas ao Uso de Madeira e Confecção de Mobiliário", passando a englobar os subgrupos 483, 485 (grupo 45), 486 (grupo 92), 487, 488, 489 e 490. Como o novo grupo passará a ser heterogêneo, em termos de vínculos de inserção, sugere-se que seja analisado segundo as variáveis "posição na ocupação" e "contribuição à Previdência Social".

Grupo 39 - Eletricistas e Radiotécnicos

Dada a sua homogeneidade, não há comentários a fazer. Sugere-se apenas que seja analisado a inserção e o vínculo ocupacional (posição na ocupação e contribuição à Previdência Social).

Grupo 40 - Pedreiros

Valem os comentários feitos para o grupo anterior

Grupo 41 - Serventes de Pedreiro

Valem os comentários feitos para o grupo 39

Grupo 42 - Ocupações da Indústria de Construção

Sugere-se acrescentar o subgrupo 925, associado a construção civil de estradas de rodagem. Para este grupo, sugere-se, da mesma forma que os anteriores, avaliar as ocupações segundo a posição na ocupação e a contribuição a Previdência Social.

Grupo 43 - Expedidores e Embaladores

Dada sua homogeneidade, não há comentários a fazer.

Grupo 44 - Mestres e Contra-mestres da indústria de transformação

Dada sua homogeneidade, não há comentários a fazer.

Grupo 45 - Outras Ocupações da Indústria de Transformação

Sugere-se excluir os subgrupos 483, 485, 487, 488, 489 e 490 (que irão passar para o grupo 38), 574 (que irá passar para o grupo 32).

Analogamente, sugere-se incluir os subgrupos 543, 544, 545, 571, 585, 586 e 587, todas alocadas inicialmente no grupo 92.

Dado que este grupo é composto de ocupações absorvidas, em sua grande maioria por indústrias tradicionais, muitas de pequeno e médio porte, sugere-se que seja investigada a contribuição a previdência social para os dados de 1980, relativos a esse grupo.

Grupo 50 - Vendedores de Jornais e Ambulantes

Na classificação proposta há uma incongruência, dada

pelo fato de que o subgrupo 611 (barraqueiros feirantes e feireiros) aparece duplamente contado no grupo 01 (Proprietários) e no grupo 50. Sugere-se que este subgrupo seja excluído do presente grupo, dado que suas características são mais aproximadas à condição de "proprietário". Os demais subgrupos encontram-se perfeitamente apropriados.

Sugere-se, também, que sejam feitos cruzamentos com posição na ocupação e contribuição a Previdência Social, como forma de melhor caracterizar os indivíduos contidos neste grupo.

Grupo 51 - Lojistas e Caixas

Embora o grupo seja bastante homogêneo, sugere-se cruzamento com a variável "Contribuição à Previdência Social, como forma de separar os trabalhadores com vínculos formais dos "desprotegidos".

Grupo 52 - Outras Ocupações do Comércio de Mercadorias

Dados os subgrupos que a compõe, sugere-se alterar o título para "outras ocupações do comércio de mercadorias e prestação de serviços".

Sugere-se incluir os subgrupos 644 e 645, que estão, na classificação proposta, contidos no grupo 92. Dado que a natureza dessas ocupações requer, na grande maioria dos casos, assalariados formais, não há necessidade de cruzamentos adicionais.

Grupo 60 - Motoristas

Dada sua homogeneidade, sugere-se, apenas que sejam analisados aspectos correlacionados a posição na ocupação (autônomo ou assalariado) e vínculo com a Previdência Social.

Grupo 61 - Outras Ocupações dos Transportes e Comunicações

Sugere-se alterar a denominação do grupo para "Outras Ocupações dos Transportes", com a exclusão do subgrupo 057 e a inclusão do subgrupo 761.

Dada a heterogeneidade interna da tecnologia utilizada pelas distintas ocupações do setor, sugere-se cruzar este grupo

com as variáveis renda e vínculo com a Previdência Social.

Grupo 70 - Garçons e Cozinheiros

Sugere-se alterar a denominação para "Ocupações da Hotelaria e Serviços de Alimentação", com a inclusão do subgrupo 812. Sugere-se, também que a informação seja cruzada com a variável "Contribuição à Previdência Social".

Grupo 71 - Empregados Domésticos

Sugere-se cruzar com informações sobre "Contribuição à Previdência Social".

Grupo 72 - Ocupações dos Serviços de Higiene Pessoal

Sugere-se cruzar com informações sobre posição na ocupação e Contribuição à Previdência Social.

Grupo 73 - Porteiros, Ascensoristas, Vigias e Serventes

Propõe-se excluir o subgrupo 856 e integrá-lo ao grupo 80, dado tratar-se de ocupações, de uma forma ou de outra, associadas a segurança nacional. Sugere-se que este grupo seja analisado através da utilização da variável "Contribuição à Previdência Social".

Grupo 80 - Ocupações da Defesa e Segurança Nacional

Sugere-se incluir o sub-grupo 856. Dada a diversidade de categorias, sugere-se cruzar tais informações com rendimentos da ocupação principal.

Grupo 90 - Operadores de Máquinas (Exceto da Construção Civil)

Não há comentários a fazer

Grupo 91 - Trabalhadores Braçais sem Especificação

Sugere-se excluir o sub-grupo 812 (proposto para ser incluído no grupo 70) e o subgrupo 381 e analisar este grupo segundo a posição na ocupação e a "contribuição para a Previdência Social"

Grupo 92 - Outras Ocupações

Sugere-se reduzir este grupo aos seguintes sub-grupos ocupacionais: 272, 518, 588, 831, 832, 833, 912, 913, 914, 915, 918, 919, 920, 921, 922 e 926. Sendo as exclusões distribuídas, conforme análise já feita.

Grupo 98 - Sem declaração

CRIAÇÃO DE NOVOS GRUPOS

Além dessas sugestões, propõe-se a criação de mais dois novos grupos:

Grupo 21 - Trabalhadores da Indústria Extrativa Mineral, composto pelos subgrupos 341, 345, 361, 371, 381 e 391.

Grupo 62 - Ocupações da Informática e das Telecomunicações, composto pelos subgrupos 057, 058, 173, 192 e 193.

QUADRO SÍNTESE DAS MODIFICAÇÕES PROPOSTAS

GRUPO	NOME DO GRUPO	INCLUSÃO/EXCLUSÃO DE SUBGRUPOS
01	PROPRIETARIOS	IGUAL
02	ADMINISTRADORES, GERENTES E CHEFES	(-) 052, 183
03	OCUPAÇÕES DE ESCRITÓRIO DE NATUREZA GERAL	(-) 192, 291, 292
04	OCUPAÇÕES DE ESCRITÓRIO DE NATUREZA ESPECÍFICA	(+) 052, 055
		(-) 058
10	ENGENHEIROS, ARQUITETOS E OCUPAÇÕES AUXILIARES	(+) 124
11	MÉDICOS, DENTISTAS E OCUPAÇÕES AUXILIARES	(+) 122, 132, 154, 164, 168, 202, 204 E 917
12	PROFESSORES PRIMÁRIOS	IGUAL
13	PROFESSORES SECUNDÁRIOS E SUPERIORES	(+) 834
14	ECONOMISTAS, CONTADORES E OCUPAÇÕES AUXILIARES	(+) 183
15	OCUPAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS E AUXILIARES	(+) 192, 291, 292 E 293
		(-) 122, 132, 168, 204, 124
20	TRABALHADORES DA AGROPECUÁRIA, DA EXTRAÇÃO VEGETAL E ANIMAL	(+) 321, 322, 331, 332, 333, 334, 335 E 336
21	OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	(+) 341, 345, 361, 371, 381 E 391 (GRUPO NOVO)
31	TORNEIROS MECÂNICOS	IGUAL
32	OCUPAÇÕES LIGADAS AO REPARO DE VEÍCULOS	(+) 430, 431 E 574
33	MECÂNICOS SEM ESPECIFICAÇÃO	(-) 418
34	OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA	(+) 420
		(-) 430, 431
35	OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA TEXTIL	IGUAL
36	OCUPAÇÕES LIGADAS À INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO E CALÇADOS	GRUPOS 36 + 37
38	OCUPAÇÕES LIGADAS AO USO DE MADEIRA E CONFECÇÃO DE MOBILIÁRIO	(+) 483, 485, 486, 487, 488, 489 E 490
39	ELETRICISTAS E RADIOTÉCNICOS	IGUAL
40	PEDREIROS	IGUAL
41	SERVENTES DE PEDREIRO	IGUAL
42	OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	(+) 925
43	EXPEDITORES E EMBALADORES	IGUAL
44	MESTRES E CONTRAMESTRES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	IGUAL
45	OUTRAS OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	(+) 543, 544, 545, 571, 585, 586 E 587
		(-) 483, 485, 487, 488, 489, 490 E 574
50	VENDEDORES DE JORNAIS E ANUNCIANTES	IGUAL
51	LOJISTAS E CAIXAS	IGUAL
52	OUTRAS OCUPAÇÕES DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	(+) 644 E 645
60	MOTORISTAS	IGUAL
61	OUTRAS OCUPAÇÕES DOS TRANSPORTES	(-) 057
		(+) 761
62	OCUPAÇÕES DA INFORMÁTICA E DAS TELECOMUNICAÇÕES	(+) 057, 058, 173, 192 E 193 (SETOR NOVO)
70	OCUPAÇÕES DE HOTELARIA E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	(+) 812
71	EMPREGADAS DOMÉSTICAS	IGUAL

72	: OCUPACOES NOS SERVICOS DE HIGIENE PESSOAL	: IGUAL
73	: PORTEIROS, ASCENSORISTAS, VIGIAS E SERVENTES	: (-) 856
80	: OCUPACOES DA DEFESA E DA SEGURANCA NACIONAL	: (+) 856
90	: OPERADORES DE MAQUINAS (EXCETO CONSTRUCAO CIVIL	: IGUAL
91	: TRABALHADORES BRACATIS SEM ESPECIFICACAO	: (-) 381, 812
92	: OUTRAS OCUPACOES	: (-) 055, 154, 164, 202, 293, 321, 322, 331, 332,
		: 333, 334, 335, 336, 420, 486, 543, 544, 545,
		: 571, 585, 586, 587, 644, 761, 917.
98	: SEM DECLARACAO	: IGUAL

	Nº de páginas
183. TAUILLE, José Ricardo. <u>Novos Padrões Tecnológicos, Competitividade Industrial e Bem Estar Social: Perspectivas Brasileiras</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 183).	47
184. LIMA, Fernando Carlos G.de Cerqueira; GOMES, Maria Célia. <u>Sistema Financeiro da Habitação: Limites de Expansão de um Sistema Especializado</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 184)	65
185. FERRAZ, João Carlos. <u>A Heterogeneidade Tecnológica da Indústria Brasileira: Perspectivas e Implicações para Política</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 185).	34
186. TIGRE, Paulo Bastos. <u>How Does Latin America Fit Into High Technology?</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 186)	16
187. RUSH, Howard J. <u>Manufacturing Strategies and Government Policies</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 187)	19
188. MAGALHÃES, Paulo; SILVEIRA, Caio Márcio L.P. da; MAGALHÃES, Maria Alice E. <u>Programas Governamentais de Autoconstrução no Brasil: Um Estudo Comparativo</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 188)	43
189. PENA, Maria Valéria Junho. <u>O Estado das Informações Sobre a Mulher no Brasil - uma avaliação</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 189)	49
190. TAVARES, Maria da Conceição. <u>A Política Econômica do Autoritarismo</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 190)	15
191. AZEREDO, Beatriz; OLIVEIRA, Pedro Jorge de. <u>Fontes de Recursos para o Orçamento da Seguridade Social</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão 191)	48
192. VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. <u>O Postulado da Obrigação Política e Suas Justificativas Ideológicas na Teoria Clássica</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 192)	43

193. LIMA, Fernando Carlos G.C.Lima, FIORI, Jorge; MAGALHÃES, Paulo; TINOCO, Galeno; ZONINSEIN, Jonas; SILVEIRA, Caio Marcio L.P.da; GOMES, Maria Celia e BASTOS, Carlos M. Sistema Financeiro da Habitação e Programas Habitacionais Alternativos: Diagnóstico e Perspectivas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 193) 49
194. BATISTA, Jorge Chami. The Conditions for a Foreign Exchange Constrained Economy: A Critique of Joshi's Model. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 194) 16
195. FIORI, José Luís. Brasil: Uma transição democrática com crise orgânica do Estado. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 195) 38
196. TEIXEIRA, Aloisio; AZEREDO, Beatriz; MATSUTANI, Maurício; FAVERET, Paulo; OLIVEIRA, Pedro Jorge de. O financiamento da seguridade social em 1989: novos caminhos, velhos problemas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. Discussão, 196) 63
197. BATISTA, Jorge Chami. Structural Deficits, The Debt Cycle Hypothesis and the Transfer of Real Resources. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 197) 23
198. PEREIRA, Edgard Antonio e ROMANO, Ricardo. Política Anti-inflacionária e planos de estabilização: a experiência brasileira recente. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 198) 93
199. PROCHNIK, Victor. Programas regionais para modernização e difusão de tecnologia em indústrias tradicionais. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 199) 68
200. OLIVEIRA, Isabel de Assis R.de. O imaginário político do trabalhador na literatura brasileira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 200) 43
201. FIORI, José Luís. Sonhos prussianos, crises brasileiras. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 201) 59
202. MEDICI, André Cezar. Urbanização e Estrutura Ocupacional: Alternativas metodológicas para uma investigação. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 202) 64